



CRECHE

O problema da guarda e proteção das crianças pequenas ainda está muito longe de uma solução. Veja nas páginas 10 a 17.



O SENHOR
TOMA CONTA
DELE PRA MIM
ENQUANTO EU
VOU TRABALHAR?



ANO I, Nº 4, NOVEMBRO/DEZEMBRO 1981

Cr\$ 80,00

MULHERIO

Só os homens sabem?

Tenho observado desde algum tempo que em revistas femininas os artigos de importância e responsabilidade, tais como medicina, direito e economia, são homens que os fazem. Eu gostaria de saber a opinião das senhoras e das leitoras do *Mulherio* a este respeito. Porque tenho a impressão de que isto prejudica o movimento de emancipação da mulher, dando a falsa idéia de que não existem mulheres capacitadas nestas matérias. E isso não é verdade, pois até em cidades pequenas existem médicas, advogadas, etc., atuantes.

Elza dos Santos, Lavras, MG.

Dois pesos e duas medidas

Gostaria de aproveitar uma beiradinha deste jornal que dá vez à mulher para constatar o tratamento diverso dispensado às mulheres e aos homens frente a um mesmo fato. Sob o título "A TV francesa mostra filme sobre a pílula", o jornal *O Estado de S. Paulo* (09/08/81) noticia a exibição de um filme que considera "diversas" as experiências que o professor brasileiro Elsimar Coutinho vem realizando para desenvolver a pílula masculina. O filme critica aquelas experiências por utilizarem pessoas (leia-se homens) pobres como cobaias.

É notável a pressa (e o destaque) dos meios de comunicação e da sociedade em geral em denunciar os efeitos prejudiciais de tais pílulas à saúde masculina. É notável, pois jamais (ou raramente) a TV apresenta um documentário sobre os efeitos danosos da pílula à saúde feminina. E nem sequer se reclama quando as cobaias são mulheres pobres.

Experiências deste tipo, feitas com mulheres no Nordeste e países do 3º mundo, são sempre omitidas ou suavizadas, seja por cumplicidade, seja por desinteresse, já que, se há necessidade de contraceptivos, carregue com eles (e seus efeitos colaterais) a mulher. Esta é a norma. Lamentável norma.

Silvia Cintra Franco, SP.

Falando de "Mulherio"

As pessoas que tiveram contato com o *Mulherio* aqui em Imperatriz ficaram surpreendidas. Como a distribuição foi feita no meio universitário, tivemos a oportunidade de acompanhar de perto as discussões em torno do jornal e, a partir daí, essas pessoas passaram a nos cobrar o jornal, como explicações a respeito do

mesmo. De nossa parte, achamos que o *Mulherio* estava faltando e que a existência dele abre mais um espaço para discussões em torno de problemas latentes, como é a luta da mulher brasileira. Aqui ficamos, não apenas torcendo mas também trabalhando para que o *Mulherio* se firme como um jornal de peso.

Edmilson Bezerra, Livraria Entrelivros, Imperatriz, MA.

Estamos aqui com muita vontade de juntar as causas e emoções, e dar mesmo força para o jornal, não somente como mais um "divulgador", mas sobretudo porque considero a sua "linha teórica" de denúncias (cotidiana e científica) muito coerente com o momento atual. Não é apenas mais um jornal para mulheres (machismo invertido), mas um jornal histórico de mulheres, ou seja, anti-sexista, etc. e tal! Quero não apenas vender exemplares avulsos e assinaturas aqui em Florianópolis, mas ter a oportunidade de papear sobre o conteúdo do jornal com as pessoas a quem me dirigir, mulheres e homens. Estou fazendo uma tese de Mestrado sobre "Mulher e Estado", cuja hipótese básica é que a prática do movimento sufragista esteve dirigida para uma "participação automática", isto é, orientada por uma reivindicação legal-formal, dentro do paradigma público-privado de classe e de sexo dominante (esfera privada/doméstica reservada à mulher e pública/política reservada ao homem). Discuto a concepção político-positivista da época, que incorporou as mulheres ao Estado, através do voto (igualitarismo formal), obtendo com isto legitimidade maior e, concomitantemente, marginalizando efetivamente a mulher dos centros decisórios do poder político.

Erinalva Medeiros Ferreira, Florianópolis, SC.

Vidas repartidas

Sou ouvinte assídua da TV Mulher. Como dona-de-casa, este programa veio de encontro a um anseio que sempre tive, no sentido de melhor aproveitar as horas em que estou na cozinha preparando o almoço da família. TV Mulher me põe em contato com o mundo e me sinto irmanada a milhares de mulheres que, mesmo como donas-de-casa, vivendo uma vida um tanto delimitada, têm vontade de participar do que vai por aí, ter uma visão de conjunto de tudo. Leio bastante e *Mulherio* será mais uma fonte de informação e cultura para mim. Moro numa cidade de interior, levo uma vida social discreta, porque sou acanhada, mas quero estar a par de tudo o que puder. Tenho dois filhos às vésperas de se formar, na capital

do Estado, e dois ainda estão em casa conosco. Meu marido tem muitos negócios — arquiteto, granjeiro, empresário. Preciso estar alerta para acompanhar tudo e me esforço para isto. Grata pela atenção, uma mulher que luta e não acha a vida fácil.

Maria Luísa Schroeder, Cruz Alta, RS.

Ter um filho sempre foi um sonho pra mim. Ter uma outra vida dentro de mim, alguém que fosse fruto de um amor maduro, consciente. Aí, o sonho se realiza e eu me vejo com um filho nos braços. E de repente estou preocupada com o porquê dele estar chorando, ocupadíssima em trocar-lhe a fralda. De repente eu deixei de viver só pra mim e passei a viver pra ele, que precisa de mim o tempo todo, que depende exclusivamente dos meus cuidados. Foi e está sendo muito difícil ser só mãe, dona-de-casa, esposa. É muito difícil pra mim não estar lutando, estar longe das pessoas e do mundo lá fora. Dá uma sensação de inutilidade, de alienação. Às vezes, até de solidão. Dá uma vontade de sair correndo, de procurar alguém pra conversar. Falar sobre qualquer coisa, mas falar e ser ouvida, e ouvir também. Eu sinto uma grande necessidade de fazer alguma coisa, além de trocar fraldas. Necessidade de criar, de por pra fora os sentimentos.

Maysa V. B. Francisco, Moóca, São Paulo, SP.

As lamuricumás, em busca de contatos

Somos um grupo feminista, lésbico, subgrupo do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, existente desde janeiro deste ano. O grupo intitulou-se "lamuricumá", que significa "mulheres guerreiras" em idioma indígena. Reunimo-nos quinzenalmente para discutir, ler e elaborar ou traduzir artigos sobre temas como homossexualismo x patriarcado, luta de classes x feminismo, etc. Depois divulgamos esses artigos pelo sistema de corrente, em que cada pessoa envia a outras cinco conhecidas um texto, esperando que elas façam o mesmo. Assim, o grupo funciona em dois níveis: o das militantes que participam diretamente das reuniões e da elaboração dos artigos, e o das simpatizantes, que recebem o material e enviam colaborações, críticas e sugestões por caixa postal. Gostaríamos que o *Mulherio* divulgasse nossa proposta, para ampliarmos nossos contatos.

As lamuricumás, Caixa Postal 65022, CEP 20041, Rio de Janeiro, RJ.

Alerta às mulheres

Na pesquisa que estamos realizando sobre seqüelas do aborto, na Maternidade carioca da Praça XV, do Inamps, os médicos que lá trabalham denunciaram que, nos últimos meses, têm dado entrada mulheres que tentaram provocar aborto introduzindo na vagina comprimido de permanganato. O problema é que o permanganato é um velho conhecido das mulheres como abortivo, mas ele até pouco tempo só era vendido como pó numa solução mais diluída. Acontece que a concentração do comprimido é muito maior e o risco para as mulheres é extremamente grave: assegurar os médicos, que, além de não provocar aborto, tais comprimidos queimam a mucosa vaginal, pondo em risco a vida das mulheres.

Hlidete Perelra de M. H. de Araújo, RJ.

MULHERIO

Conselho Editorial — Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosenberg, Heleleth Saffioti, Lélia Gonzales, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Mariza Corrêa e Ruth Cardoso.

Redação — Adélia Borges, Fúlvia Rosenberg e Marília de Andrade (editoras), Marlene Rodrigues (edição de arte), Rose Yamamoto (publicidade e vendas) e Miriam Tanus (encarregada de assinaturas). Além das pessoas que assinam matérias, também colaboraram neste número: Cecília Thompson, Micheline Lagrado, Patrícia Carvalho,

Sônia Pilla, Tessa Hanstzchel, Maria Angélica de Oliveira, Maria dos Anjos Mendes Gomes, Eleonora de Oliveira Soares, Inês Castilho, Cecília Simoneth, Miriam Ferraz de Barros e Elvira Souza Lima.

Jornalista responsável — Adélia Borges. Registro no MTb nº 10.680. SJESP 4549.

Mulherio é uma publicação bimestral. Aceita colaborações. Pede-se permuta com outras publicações do gênero.

Redação: Fundação Carlos Chagas, av. Prof. Francisco Morato, 1565, CEP 05513, São Paulo, fone 211-4511, ramal 247.

Composição e Impressão: S/A O Estado de S. Paulo, av. Eng. Caetano Álvares, 55 - São Paulo.

No número passado de *Mulherio* a gente viu que o racismo e a discriminação racial são coisas bem concretas e responsáveis por desigualdades terríveis, que vão desde o salário que a gente ganha até os problemas de nossa estrutura familiar. Mas como é que esse racismo funciona na cabeça da gente e dos outros? Como é que se sente isso no dia-a-dia? De que maneira as mulheres e os homens brancos transam a gente? E os homens negros? Qual tem sido o nosso papel na família e na comunidade a que pertencemos?

Se a gente pensa nessas perguntas, elas nos levam a apresentar um quadro resumido da nossa história. Nossas antepassadas vieram da África para o Brasil como escravas para trabalharem nas plantações de cana, nos engenhos, etc. Nos reinos e impérios africanos de onde vieram, as mulheres eram tratadas com grande respeito e, em muitos deles, elas até chegavam a ter participação política. A valorização da mulher pelas diferentes culturas negro-africanas sempre se deu a partir da função materna. É por aí que a gente pode entender, por exemplo, a importância que as "mães" e "tias" iriam ter não só na formação e desenvolvimento das religiões afro-brasileiras (candomblé, tambor de mina, umbanda, etc), como também em outros setores da cultura negra no Brasil.

A serviço do sinhô, da sinhá e das crianças brancas

Quando o europeu chegou à África, nossas antepassadas foram arrancadas do convívio de seus filhos, de suas famílias e de seus povos, transformadas em mercadorias e vendidas por bons preços, para trabalharem até o fim de seus dias numa terra absolutamente desconhecida. As que não morriam nos malfadados navios-negreiros, ao chegarem aqui eram dirigidas para dois tipos de atividades: a escrava de elite trabalhava nas plantações, e a mucama, na casa grande. Tanto uma como outra nada mais foram do que as avós da trabalhadora rural e da doméstica de hoje.

Enquanto a escrava de elite foi utilizada para, com o seu trabalho, enriquecer os senhores escravistas e fortalecer o tipo de sistema econômico imposto pelos portugueses, a mucama foi utilizada para garantir o lazer e o bem-estar de seus senhores: de sua senhora, na medida em que lhe cabia todo o trabalho doméstico, além de cuidar das crianças brancas desde o seu nascimento (foi por aí, enquanto ama-de-leite e babá, que ela se transformou na famosa mãe-preta); de seu senhor, na medida em que era utilizada como objeto de sua violência sexual.

É por aí que a gente deve entender que esse papo de que a miscigenação é prova da "democracia racial" brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é "mulher fácil" de que é "boa de cama" (mito da mulata), etc. e tal.

Mulatas, agora "produtos de exportação"

Ainda hoje podemos constatar como as escolas de samba, as gafieiras, as festas de largo, etc, são transadas como modernas senzalas onde os "sinhozinhos" brancos vão exercitar sua dominação sexual (e a indústria turística está aí mesmo pra reforçar e lucrar com essa prática). Não é por acaso que o sistema criou a moderna profissão de mulata para as jovens negras continuarem a ser exploradas, agora, como "produtos de exportação".

E depois dizem que não existe racismo no Brasil!

Por que essas jovens negras não são consideradas como profissionais de dança? A gente saca, então, que elas constituem uma "espécie diferente", que não pode fazer parte de uma categoria profissional já existente, justamente pelo fato de serem negras. De repente, a mulata é o outro lado da mucama: o objeto sexual.

Existe uma outra mentira histórica que afirma que o negro aceitou passivamente a escravidão, adaptou-se a ela docilmente porque, afinal, os senhores de escravos luso-brasileiros foram muito bons e cordiais. E, como prova disso, dizem que a mãe-preta foi o modelo dessa

Democracia racial? Nada disso!

Lélla Gonzales

aceitação. Mas a gente pergunta: ela tinha outra escolha? Claro que não, pois era escrava e justamente por isso foi obrigada a cuidar dos filhos de seus senhores.

Além disso, muitas vezes seus filhos recém-nascidos eram arrancados delas para que se dedicassem inteiramente às crianças brancas, amamentando-as com exclusividade. Aqueles que não aceitassem eram cordialmente torturados ou simplesmente liquidados.

Mas como já dissemos no início, as africanas eram muito valorizadas e ainda são enquanto mães. Por isso não é de estranhar que no Brasil as escravas tenham lutado por manter a dignidade da função materna, até mesmo quando a exerciam com crianças brancas. Com sua força moral, tudo fizeram para sustentar seus companheiros e tratar da sobrevivência dos filhos, educando-os nas mais precárias condições de existência.

Com isso, mantiveram viva a chama dos valores culturais afro-brasileiros, que transmitiram a seus descendentes. E nisso também influenciaram mulheres e homens brancos, a quem aleitaram e educaram. Graças a elas, apesar de todo o racismo vigente, os brasileiros falam "pretuguês" (português africanizado) e só conseguem afirmar como nacional justamente aquilo que o negro produziu em termos de cultura: o samba, a feijoada, a descontração, a ginga ou jogo de cintura, etc. É por essa razão que as "mães" e as "tias" são tão respeitadas dentro da comunidade negra, apesar de todos os pesares.



A LEI IGNORA A

Apesar de suas ambigüidades, pois a principal interessada mostrou-se contraditória em suas atitudes e depoimentos, o recente caso de Edna Pereira dos Santos, moça mineira que procurou aplicar judicialmente o preceito legal de que um aborto em consequência de estupro não é punível por lei, teve pelo menos algumas consequências importantes. A primeira delas foi chamar a atenção para as falhas de nossa lei penal no tocante a dois assuntos que dizem respeito especificamente à mulher: o aborto e o estupro.

No caso do aborto, revelou não só a insuficiência, como a hipocrisia da lei e do corpo judicial que aplica, já que o pedido foi negado pelo juiz, sob a alegação de que o estupro não fora provado, o que, na maioria dos casos, é praticamente impossível na situação atual.

A publicidade em torno do caso de Edna fez com que surgissem na imprensa numerosas outras denúncias de situações semelhantes, mostrando que elas nada têm de excepcional, mas são lugar-comum nas periferias de nossas grandes cidades (e não só nelas), onde dificilmente as mulheres têm condições de escapar de um círculo vicioso de violência que a própria lei sanciona.



Mas a consequência mais importante desse caso e também a mais concreta surgiu de uma iniciativa de várias entidades feministas do Rio (Movimento das Mulheres Profissionais em Direito, Grupo Ceres, Núcleo Feminino de Cultura, Coletivo de Mulheres e Casa da Mulher do Rio de Janeiro), que entregaram a Bernardo Cabral, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), uma carta em que sugerem a criação na entidade de um grupo de estudos em torno da questão do aborto, com vistas a uma possível modificação de nossa lei, no sentido de uma liberalização ou descriminalização. A sugestão foi bem recebida e espera-se que o grupo seja criado o mais breve possível. Esta não é a primeira vez que os meios jurídicos brasileiros manifestam sua preocupação com o grave problema do aborto, apontando a ine-

ficácia de uma lei que não impede, mas estimula a prática do aborto clandestino, nas piores condições possíveis. Fizera declarações nesse sentido penalistas respeitados como Helelno Fragozo, mas elas não têm o mesmo peso que a manifestação de um órgão coletivo como a OAB, cuja atuação em defesa dos direitos humanos em nosso País não precisa ser realçada.



E o quadro existente é suficientemente alarmante para justificar essa preocupação, pois, apesar da lei punitiva ou por causa dela, calcula-se que se praticam anualmente no Brasil mais de três milhões de abortos clandestinos. Em consequência deles, morrem muitas mulheres por ano, sem contar aquelas afetadas permanentemente por danos diversos à sua saúde física e mental, com destaque para as doenças crônicas e a esterilidade. Esses dados são sempre aproximativos, obtidos a partir de extrapolações ou da análise quantitativa das complicações abortivas constatadas em nossos hospitais, pois é muito difícil obter estatísticas exatas sobre uma prática que se realiza na clandestinidade.

Mas há, principalmente no setor médico, quem considere esses números subestimados, quando confrontados com a situação de verdadeiro flagelo social que constata cotidianamente no exercício de suas profissões. O trágico nisso tudo é que se trata de um flagelo totalmente desnecessário, pois o aborto realizado em boas condições sanitárias e médicas, durante os três primeiros meses de gravidez, é uma operação bastante simples e segura, com uma taxa de mortalidade muito inferior à do próprio parto: três por 100 mil no primeiro caso, contra 15 por 100 mil no segundo. Estas são cifras da Organização Mundial de Saúde, para casos de aborto legalizado; mas a taxa de mortalidade cresce para 50-150 por 100 mil em caso de aborto clandestino não medicalizado, segundo a mesma fonte.

Outro aspecto a ser destacado é que nos países em que o aborto foi legalizado (que abrangem já 2/3 da população mundial, devido principalmente às novas legislações introduzi-

das nos últimos anos) o número total de abortos tende a cair depois dos primeiros anos. Em termos mundiais, o aborto é uma prática declinante, constituindo o terceiro método de controle de nascimentos, depois da contracepção oral e da esterilização voluntária. Entretanto, no Brasil e em outros países da América Latina, com legislações restritivas, constitui uma prática em expansão, apesar de proibida.

Embora o aborto clandestino seja uma experiência traumatizante que pode ocorrer para qualquer mulher, ela não se aplica da mesma maneira a todas as classes sociais. Uma mulher de classe alta ou média, que tenha condições de pagar os preços artificialmente inflacionados das clínicas de aborto, pode fazê-lo em relativa segurança ou, pelo menos, sem perigo de morrer por causa disso. O mesmo não acontece com as mulheres das classes mais desfavorecidas que, diante de uma gravidez não desejada, são forçadas a recorrer a curiosas ou a praticarem o auto-aborto, com meios primitivos sempre bastante perigosos. Isso mostra que a manutenção da proibição contribui para manter um odioso privilégio de classe, tornando claro que pouco adiantará a simples liberação legal se a prática não for também gratuita e acessível à população feminina, através da rede de saúde oficial. O ônus financeiro não seria maior, já que boa parte dos leitos de ginecologia e obstetrícia são justamente ocupados por casos de complicação por aborto clandestino, cujas internações se estendem às vezes por um mês.

A legalização não aumenta o número de abortos, mas apenas cria condições para que aqueles que se realizariam de toda forma se façam em condições menos perigosas e mais humanas para as mulheres que assim escolheram.



O debate sobre a atual legislação, que já começa a ganhar as páginas dos jornais, indica que se deverá repetir no Brasil as mesmas polarizações de opiniões registradas em outros países: de um lado, os que consideram o aborto uma questão social complexa e apóiam todas as medidas que possam contribuir para a sua solução; e de outro, os que o vêem unicamente co-

REALIDADE

Maria Carneiro da Cunha

mo uma questão de moral individual; de um lado, os que pretendem pôr fim à morte de milhares de mulheres; e, de outro, os que sobrepõem à vida desses seres humanos bem reais os direitos do feto, por considerarem que já são seres humanos desde a concepção, (embora nem as religiões nem o direito lhes atribuam, para qualquer outra eventualidade, o status de pessoa; fetos de abortos espontâneos não são batizados e muito menos registrados).

Na verdade, o que se esconde por trás desse debate aparentemente moral é uma discussão política da maior importância: quem deve controlar a reprodução humana? Os homens, o Estado ou as mulheres, que têm o seu próprio corpo envolvido? Por isso mesmo, não é de estranhar que, sob o slogan abstrato de "direito à vida", surjam posições bem contraditórias, como a do presidente americano, Ronald Reagan, que é contra o aborto e, portanto, favorável ao direito à vida dos fetos, mas que ordena de consciência tranqüila a construção da bomba de nêutrons, que liquida a vida dos organismos, mas deixa as propriedades intactas. Ou a de certas organizações antiabortistas, que são também favoráveis à pena de morte.

Ao legislar sobre o assunto, um Estado que se pretenda leigo e democrático não pode privilegiar a opinião de uma corrente religiosa ou moral, por mais respeitável que ela possa parecer, mas procurar atender às necessidades da sociedade como um todo. Justamente porque se baseia apenas em argumentos de moral abstrata, que só podem ser objeto de escolha individual, é que a atual legislação sobre aborto não é capaz de atender à situação social concreta, acarretando com isso uma injustiça de fato, que atinge milhares de mulheres.

Nota: Voltaremos ao assunto num próximo número. Para quem quiser ter uma visão de conjunto sucinta sobre o assunto, indicamos o livro "O que é o aborto", publicação da Frente de Mulheres Feministas, editada pela Cortez Editora.

Apesar da proibição legal — ou por causa dela — calcula-se que há anualmente no Brasil mais de três milhões de abortos.



Gravura extraída do livro "De formatio foetu liber singularis", de Adrien Van der Spiegel — 1626.

CEARÁ

Os doze mandamentos do horror

Pela primeira vez no Brasil um homem é julgado e condenado à prisão por ter induzido alguém ao suicídio. Raimundo José Moreira, também conhecido por "Zequinha", certamente não esperava esse desfecho quando, em janeiro, assistiu à morte de sua mulher Maria Celizete Ribeiro Moreira, em Fortaleza, provocada por queimaduras graves. Ela havia atado fogo ao próprio corpo, pouco tempo depois de ter assinado um documento redigido por Zequinha e registrado em cartório com duas testemunhas. Por esse documento, ele a obrigava a cumprir doze "mandamentos" para ser aceita de volta à sua casa, depois de um breve período de separação do casal.

Os mandamentos escritos e não escritos de Zequinha incluíam várias formas de tortura física e moral, e o júri, composto por seis mulheres e um homem (escolhidos por sorteio), concluiu que Celizete se suicidou por não suportar mais a violência do marido. Durante as nove horas do julgamento, platéia e jurados ouviram estarecidos todas as violências que antecederam a morte de Celizete. Zequinha costuma-

va, por exemplo, urinar em sua boca depois de espancá-la.

O julgamento, dia 13 de outubro, em Fortaleza, foi assistido pelas militantes do Grupo Feminista 4 de Janeiro. Elas levaram faixas e cartazes exigindo a condenação de Zequinha, e consideravam a sentença uma importante vitória das lutas feministas.

O grupo tinha todo interesse em acompanhar o caso, até por que seu próprio nome foi escolhido por causa da data da morte de Celizete. O "4 de janeiro" apareceu há dois meses como desmembramento da União das Mulheres Cearenses. Segundo sua cartaprograma, a opressão da mulher na sociedade capitalista e patriarcal é universal, e atinge as mulheres de todas as classes, raças, idades e profissões. Para as militantes do grupo, a participação da mulher nas lutas mais gerais, pela transformação da sociedade, deve ser condicionada, desde já, à certeza de que seu espaço não seja suprimido. "Todas nós", dizem elas, "somos as Celizetes de um modo ou de outro".

PARAÍBA

Encontro do Nordeste

Apesar das diferenças em relação aos movimentos de mulheres no Sul do País, as feministas nordestinas estão conquistando cada vez mais espaço em sua região. Esta foi a avaliação final do II Encontro de Grupos Feministas do Nordeste, realizado no começo de outubro em João Pessoa, com a participação de grupos da Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Num ambiente descontraído, o encontro discutiu a organização do movimento, a violência contra as mulheres, planejamento familiar, aborto, sexualidade e a situação da doméstica.

Os grupos — e as mulheres não organizadas que também participaram — discutiram a atuação da Benfama no controle da natalidade na região, a necessidade de estudar o corpo da mulher, a saúde, a contracepção, e tiraram uma série de propostas bem práticas para a divulgação das idéias feministas. Algumas delas: atuar nos grupos de mães, escolas e centros comunitários, propor alternativas no setor educacional para cartilhas, revistas e histórias infantis, e continuar denunciando pelos meios de comunicação os casos de violência contra a mulher.

GOIÁS

A injustiça da justiça

A atuação do Centro de Valorização da Mulher — Cevam — de Goiânia foi decisiva para que o caso das mulheres discriminadas num concurso para juiz de direito, em setembro, ganhasse espaço na imprensa. Embora dez candidatas tivessem chegado com destaque aos exames finais, apenas os candidatos homens foram aprovados.

De acordo com o Cevam, que arregimenta as mulheres de Goiás, "independentemente de posições políticas, religiosas, financeiras ou ideológicas", numa frente por seus direitos fundamentais, a exclusão das candidatas teria sido uma medida preventiva tomada pela Justiça daquele Estado.

Entre os objetivos básicos do Cevam está a assistência, orientação, apoio às mulheres, e a luta por sua integração na comunidade "como elemento inteligente, produtivo, capaz e responsável". Através do esclarecimento e do diálogo, o Cevam também pretende atrair para o movimento os homens conscientes de que a luta pela integração da mulher com força de produção é de interesse nacional.

Você encontra o MULHERIO à venda nestas livrarias:

Livraria Brasiliense - Rua Barão de Itapetininga, 93 - SP
Vozes - Rua Haddock Lobo, 360 - SP
Kairós - Avenida Paulista, 2650 - SP
Zapata - Rua Cesário Mota Jr., 285 - SP
Seridó - Av. Ipiranga, 200 - SP
Manduri - Rua da Consolação, 265 - SP
Metodista - Rua do Sacramento
Faculdade Metodista de Rudge Ramos - SP
Pathernon - Avenida Paulista, SP
Mãe Terra - Rua da Consolação, 2961 - SP
Duas Cidades - Bento Freitas, 158 - SP
Capitu - Rua Pinheiros, 339 - SP
Dazibao - Rua Visconde de Pirajá
595 - loja 112 - CEP - 22410 RJ - RJ

Psiiu!

A Mamãe Noel que sabe das coisas, dá o MULHERIO de presente no Natal. Aque já sabe, mas quer saber muito mais, aproveita esta sensacional oferta (por tempo limitado): você manda 10 pedidos de assinatura e GANHA da gente o 2º Volume da BIBLIOGRAFIA ANOTADA SOBRE A MULHER BRASILEIRA !!

Para ASSINAR:
Mande o nome,
endereço completo, CEP,
telefone e profissão.

Para PAGAR:

Mande junto um CHEQUE NOMINAL à
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, Av. Prof.

Francisco Morato, 1565, CEP 05513, São
Paulo/SP. O PREÇO da assinatura (anual) é:

Cr\$ 500,00 (Brasil)
Cr\$ 800,00 (Exterior)

P.S.: para maiores informações, você pode falar com a MIRIAM (214-4511) Ramal 247

Socióloga espanhola afirma:

“É preciso mudar a ciência”

Helena Salem

Um sorriso juvenil, descontraída, a socióloga espanhola Maria Angeles Duran — 38 anos, casada, com duas filhas (de sete e oito anos) — é responsável pelo Seminário de Estudos da Mulher, na Universidade Autônoma de Madrid. Desde 1975, ela tenta promover uma renovação nas ciências sociais, preocupada “não apenas em estudar a mulher, mas, sim, em mudar o modo de produzir a ciência, a partir de uma ótica feminina”. Maria Angeles é uma apaixonada por seu trabalho, e, como todas as mulheres casadas e com filhos, enfrenta toda a série de problemas para conciliar as suas várias funções. “Nem sei como consigo”, diz ela, sempre com um sorriso bem-humorado.

Em setembro, Maria Angeles esteve no Rio orientando um seminário promovido pelo Núcleo de Estudos da Mulher da Pontifícia Universidade Católica. Em uma longa entrevista, ela procurou explicar a Mulherio um pouco de suas angústias e expectativas como mulher e socióloga, ou, simplesmente, como uma mulher socióloga.

P — De que maneira a abertura política na Espanha influiu sobre o movimento feminista espanhol?

R — O movimento feminista nunca foi forte na Espanha. Também não é fácil marcar os limites de quem é feminista ou não. Lá existem muitas associações de mulheres bastante fortes, como as das donas-de-casa e movimentos de mulheres católicas, que possuem sem dúvida uma preocupação com a mulher, mas que não partilham de muitos dos objetivos de outros grupos. Além disso, os partidos políticos, sobretudo o Socialista (PSOE) e Comunista (PCE), possuem suas organizações de mulheres de massa. Os demais grupos são muito pequenos, alguns até com orientações bem tradicionais. Qualquer tentativa de criar uma frente comum esbarra sempre em mil dificuldades, a começar pelo problema da opção de militância única feminista e de dupla militância, feminista e de partido.

Além disso, há outros problemas, como as tensões autonomistas regionais, as divisões ideológicas e problemas de estratégia que aparecem em qualquer grupo social. Os problemas do regionalismo têm grande importância na Espanha. Também dentro dos grupos religiosos há organizações feministas, desde muito tradicionais a muitos progressistas.

Os grupos feministas mais radicais, de militância única, são bem pequenos. Ultimamente, na Espanha têm crescido muito também as chamadas “feministas independentes” que, no passado, tiveram vinculação a partidos políticos ou grupo feministas, mas não acharam a experiência satisfatória e hoje preferem militar independentes, sem disciplina de grupo.

Por outro lado, não creio que a abertura política tenha influído muito. Nos últimos anos da vida de Franco, houve muita atividade política. E logo depois também. Entre outras, ganhou grande importância as atividades das

associações de bairro e de donas-de-casa. Depois da legalização dos partidos, grande parte da atividade se canalizou através dos partidos, que se converteram nos protagonistas principais da vida sócio-política do país.

P — Poderia traçar um rápido panorama da situação da mulher na Espanha de hoje?

R — A situação da mulher na Espanha começou a mudar muito na década de 60, quando deixamos de ser um país agrícola para convertermos em país industrial, com um enorme contato com a Europa através da emigração e a chegada maciça de turistas. Aí ocorreram então algumas mudanças legais, com a “Lei da Igualdade de Oportunidade da Mulher”, reconhecendo legalmente muitas das mudanças que já se haviam produzido de fato na sociedade espanhola.

Nos anos 70, ocorreram mudanças de tipo político importantes, no plano das liberdades formais. Porém, devido à crise econômica européia, as mulheres que se haviam incorporado ao mercado de trabalho na década de 60 e que já ocupavam mais de 50% dos postos nas escolas e universidades, começaram a ser rechaçadas com grande crise de desemprego.

No início dos anos 80, estão-se produzindo numerosas inovações em matéria legal para desenvolver o princípio da nova Constituição, que ex-

pressa a igualdade entre os sexos. Mudou-se a legislação em matéria de direito de família, substituindo-se o antigo pátrio poder sobre os filhos pelo poder compartilhado entre o pai e a mãe; o uso de contraceptivos foi despenalizado; foram eliminadas muitas das limitações civis da ação da mulher no direito civil e mercantil; e também há quase completa igualdade em matéria de direitos políticos (a mulher não pode ainda ser chefe de Estado — isto é, ter as funções do rei). O divórcio foi também legalizado, pela primeira vez desde 1931. Aliás, esta lei custou muitas tensões, porque alguns grupos se opuseram, por considerarem-na muito laica, porém as enquetes de opinião registravam que a maioria da população era favorável à lei.

Já isso não ocorre com o aborto. Apesar de o número de abortos clandestinos na Espanha estar na ordem dos 150 mil por ano (apenas cerca de 10 mil mulheres vão a Londres, todas de classe média para cima), as pesquisas de opinião revelam que somente uma minoria da população deseja a despenalização do aborto. Acabo de fazer um estudo sobre o aborto, e creio que é toda uma filosofia predominante, para a qual teve importância a doutrina da Igreja, segundo a qual uma vez que foi concebido já é ser humano, e portanto é um crime atentar contra a vida do feto.

Ilustração - Anne Delcogne

►►

P — Sei que você tem se preocupado especialmente com a questão do machismo na ciência. Conte-nos um pouco desse seu trabalho.

R — Não me interessa simplesmente pelo machismo concreto, aquele que não permite às mulheres serem cientistas, etc. Ele é evidentemente importante, porém mais fácil de ser detectado e combatido já que bem visível. Porém o que me interessa mais é a própria renovação das ciências. Ou seja, a ciência é um produto social, que se criou em condições sociais específicas. A ciência social contemporânea é filha sobretudo de três correntes de pensamento: o cristão, com suas heranças do judaísmo, o clássico grego e o moderno racionalista, desde o Renascimento.

Historicamente, a mulher foi excluída da produção da ciência, porque estava dedicada à produção da vida. Esta divisão de papéis sofreu grande alteração no século XX, quando cada vez mais as mulheres deixam apenas uma pequena parte de sua vida adulta à procriação, enquanto antes estavam quase sempre grávidas na sua vida adulta, morrendo mais cedo. A releitura, sob a ótica do século XX, das opiniões sobre a mulher de autores tão prestigiosos como Aristóteles, Santo Agostinho, Maquiavel, Bacon, Kant, Hegel, Marx, Darwin, Nietzsche, Freud, parece uma grande coleção de horrores.

Creio que a primeira etapa da mudança foi a incorporação da mulher à educação, como estudante. A segunda etapa é a sua incorporação como profissional. E a terceira etapa seria a passagem da mulher a um papel ativo e não apenas mimético no processo de produção da ciência e de idéias. Todas as ciências têm que ser repensadas de modo sistemático e crítico para eliminar as impurezas e horrores que se acumularam durante séculos, e que impediram por exemplo que se investigasse e desenvolvessem muitos campos da ciência sobre os quais as mulheres teriam se beneficiado muito. Sem dúvida esses campos serão desenvolvidos no futuro.

Os riscos que corremos, as mulheres, é de nos incorporarmos às universidades utilizando os mesmos métodos da cultura machista. A mudança de objeto implica também a mudança de método, de teoria. Na literatura, na arte, na filosofia, na medicina, na economia, na história, tudo deve ser revisito. Até agora, tudo foi elaborado sob a ótica do homem, e não basta apenas introduzir a mulher como objeto de estudo, mas produzir a ciência sob a ótica da mulher.

P — Você está ligada a algum grupo feminista ou partido?

R — Sou uma simpatizante do PSOE (socialista). Estou também de acordo com muitas das reivindicações dos grupos feministas radicais, mas numa situação como a espanhola, creio que muitas delas não são possíveis de se viabilizar praticamente. Há um grande corte entre os grupos de mulheres e o restante do país. Por outro lado, os partidos exercem um papel fundamental de ligar as reivindicações feministas com o resto da sociedade, já que são os únicos com forças organizadas para atuar na sociedade. Não podemos prescindir deles e temos que estar dentro deles. Não podemos deixá-los.



Fotos Lucila Scavone

MARIA de briga ARAGÃO

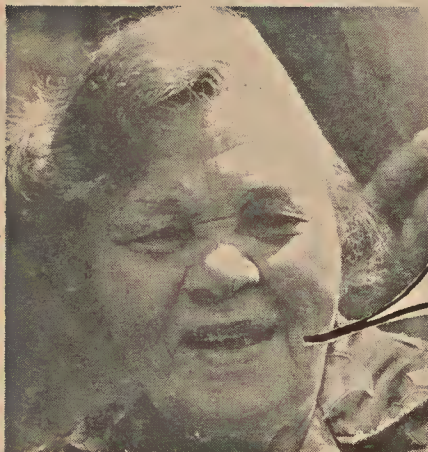
Ginecologista em São Luís do Maranhão, três filhos adotivos e 71 anos de brigas para contar: esta é Maria Aragão, que estudou Medicina em 1935, que foi mãe solteira em 1940, militante do PCB logo depois e que, ao voltar pro Maranhão em 45, era tratada de prostituta e apedrejada na rua por ser comunista (Ou será que foi por ser puta?). Maria Aragão conta sua vida nesta página para atizar a memória do Mulherio e nos lembrar que essa briga também é nossa.

Ela nasceu num lugarejo perdido do interior do Maranhão, em Pindaré Mirim, com uma ascendência humilíssima e de sangue muito quente: negros, índios, espanhóis, "uma mistura louca". A avó paterna veio escrava de Cabinda e acabou concubina do proprietário. A avó materna é resultado de um espanhol rebelde que brigou com a família e que Maria não sabe "porque doideira veio parar no Maranhão para ter uma filha com uma índia". "Essa filha de índia com espanhol era minha avó", conta ela. "Ela também era uma mulher sem preconceitos. Teve muitos filhos com muitos

maridos, cada filho era de um pai, e minha mãe foi filha de um deles."

O pai tinha uma profissão que não existe mais: era guarda-fios, isto é, tirava os defeitos das linhas do telégrafo. E, logicamente, ganhava muito pouco e vivia sendo transferido de um lugar para o outro. Da mãe, Maria gosta muito e promete mostrar o retrato: "Era linda, alta, magra, e alegre, gostava de cantar e tocar violão. Além disso, era uma mulher de vontade de ferro..." Foi essa vontade de ferro, talvez, que a levou a pressionar para que os sete filhos estudassem, inclusive as duas meninas.

— Ela me convenceu a fazer o curso Normal, porque terminava professora e ia logo trabalhar. Quem fazia curso Normal era só mulher e, por isso mesmo, o curso não dava direito a fazer universidade. Mas eu queria era fazer Medicina, e, quando terminei o Normal, com 18 anos, fui ao Recife prestar concurso para o Banco do Brasil. A minha foi a última turma de mulheres candidatas a um cargo no BB — e foram todas reprovadas, eu inclusive...



"Ser mãe solteira era uma barra muito pesada. Eu era feliz como uma desgraçada."

O objetivo era trabalhar para poder estudar. Como não deu certo, aceitou um convite para lecionar em Patos, na Paraíba, onde ficou um ano. A mãe ficou doente, foi para o Rio e Maria junto. A conselho de um irmão que morava lá, acabou ficando quando a mãe morreu. Fez o supletivo, estudou para o vestibular e começou a cursar Medicina. Em 1935, aos 25 anos.

— Fiz o curso na marra, trabalhando duro. Dava aulas para sargentos que iam fazer o concurso do Exército, depois para trocadores de ônibus, motoristas, guardas-civis. Nos dois últimos anos, eu trabalhava das 9 da noite às 7 da manhã, num hospital, e dormia das 6 da tarde às 9 da noite, quando minha irmã me socava debaixo do chuveiro pra eu poder acordar de vez.

— Éramos oito mulheres no curso, em meio a uma centena de homens. Não havia discriminação, porque as mulheres eram inteligentes e muito estudiosas: como não tinham as farras pra fazer, sobrava muito tempo pra estudar. Na verdade, eles deviam achar interessante aquele grupo de mulheres querendo romper a tradição de que só homem podia ser médico. É verdade que, no fim do curso, não pude fazer a residência, que era paga com casa e comida. Eu precisava de um salário e fui trabalhar como enfermeira num hospital infantil. Virei pediatra.

— Só tinha duas colegas que eu freqüentava a casa e pra quem contava meu problemas, minha vida pessoal, minhas dificuldades. Eu tinha muito pudor, como se eu tivesse que ficar nua, de contar as coisas minhas. E eu tinha dificuldades horroscópicas. Perdi um ano, e também porque eu só chegava tarde...

— Na faculdade, eu não dava satisfação da minha vida. Quando fiquei grávida, ninguém me perguntou o que aconteceu, e eu estava gorda, florida... Professores meus amigos diziam: "Isso é um absurdo. Você vai se prejudicar, vai prejudicar seu curso". Um deles queria que eu fizesse aborto, disse que se responsabilizaria.

— Ser mãe solteira era uma barra muito pesada. Eu era feliz como uma desgraçada! Tinha uma mulher que tomava conta de minha filha enquanto eu trabalhava; até que minha irmã veio do Maranhão para o Rio. Quando terminei a faculdade, um amigo me convidou pra trabalhar no Rio Grande do Sul, numa cidade chamada General Câmara. E avisou: "Você não pode aparecer aqui como mãe solteira, eu já

te apresentei como viúva, você não tem nada a ganhar, você é viúva". Então eu passava por uma senhora viúva.

Nessa cidade, uma epidemia de desinteria bacilar matou a filha de Maria. "Aí eu pirei mesmo, fui fraca. Não tive condições de ficar lá, nem de continuar a ser pediatra. Eu sentia que estava perdendo meu amor desesperado pela vida, minha alegria de viver." Por isso voltou ao Rio e especializou-se em clínica e ginecologia no hospital Miguel Couto. Em 1945, filiou-se ao PCB e voltou a São Luiz do Maranhão para dirigir um jornal comunista.

Mas a volta não foi fácil: a fama de prostituta chegara antes dela ao Estado natal. No tempo em que vivia com a filha no Rio, encontrou um padre de sua terra que lhe perguntou: "É sua afilhada?"

— Eu disse: "Não, é minha filha". "Ah, você casou?" "Não, eu não me casei". Aí ele ficou me olhando abestalhado e foi andando. Eu podia ter dito pro desgraçado que tinha me casado, mas não dava, foi um prazer tão grande ver o homem com os olhos esbugalhados...

"De repente, todo mundo começou a admitir que eu era médica e, com todos os diabos, era boa médica."

Já a família aceitava Maria e a menina, embora com ressalvas de outra ordem: "Ela é doida. Só não sei que tipo de doida", costumava dizer o irmão. Mas o padre do encontro casual não foi consultar a família: preferiu espalhar no Maranhão que Maria Aragão não era médica, mas prostituta. Ele e outros padres, que advertiam até na missa contra "uma tal D. Maria, que diz que é médica, mas não é". Por isso, a volta foi muito difícil, e com agravante da intensa militância política.

— Eu devia ter chegado calma, devagarzinho, trabalhando como médica, mas não era do meu temperamento. A política era uma paixão, e eu me atirei nela com todo entusiasmo, em São Luiz e no interior. Em Codó o padre mandou me apedrejar, me chamando de comunista. E, de qualquer forma, em São Luiz eu não podia trabalhar como médica porque era "prostituta"...

— No início, eu só exercia medicina quando havia alguém morrendo num bairro e nenhum médico pra so-

correr. Foi o pessoal de um desses bairros miseráveis, onde eu chegava a pé ou de bonde, e que não tinha com o que pagar, foram eles que começaram a fazer propaganda de mim. De repente, todo mundo começou a admitir que eu era médica e, com todos os diabos, era boa médica!

Mas a discriminação continuava, ora contra a mulher, ora contra a comunista. Tanto que, quando a Faculdade de Medicina abriu, ela não foi convidada pra lecionar, e sua nomeação para o Hospital do Estado só saiu em 1970. Casou-se em 1947, e nunca mais teve filhos. "Que vida eu podia dar pra uma criança? Estava num partido que de repente caiu na ilegalidade, cumpri dois anos de prisão e vivia com um pé na cadeia e outro fora. A reação até hoje me detesta, mas agora pelo menos é cordial: como não podem tocar fogo em mim, sorriem..." Mas acabou adotando três crianças.

E o que pensa Maria do feminismo? Que é um trabalho importante, "de esclarecimento, de luta contra os preconceitos, de valorização e libertação da mulher". Sabe que os grupos são ainda pequenos mas tem fé em que eles cheguem a "atingir as grandes massas". Faz uma crítica e uma sugestão:

— Acho que os grupos deviam ser mais abertos, menos elitistas. Deviam ir pra massa, pra essas mulheres pobres sem esperança de nada. Conversar com elas na linguagem delas, sobretudo ouvi-las, porque aí a gente teria uma noção viva do que é essa escravidão. Pois o nome justo é esse:



escravidão em que vive a mulher. Todo dia vejo isso no meu trabalho, quando as mulheres dizem tudo que está lá dentro delas. Mas reconheço que já mudou muito: faz-se uma conferência sobre mulher e vai aquele mundaréu de jovens. Isso é que é interessante: o número de jovens mulheres preocupadas com o problema. Claro que mudou. Aliás, é dialético, né?

E você é feminista, Maria?

— Tenho o maior respeito por esse trabalho grande que se faz. Eu não o fiz, nunca me integrei num trabalho de esclarecimento da mulher, e mil vezes faço autocrítica. Mas, com um pouco de pretensão, o exemplo é a melhor maneira de educar. E isso aí eu usei na minha casa, usei na minha vida.

Entrevista feita por integrantes do Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís e texto final de Leda Beck.

QUEM PARIU MATEUS QUE O EMBALE

O ditado popular não deixa dúvida: cuidar, proteger e educar a criança pequena é tido como um problema da mãe, e só da mãe.

Esse comportamento está de tal forma enraizado — na sociedade e nas próprias mulheres, individualmente — que a mãe que trabalha fora acaba se vendo num verdadeiro beco sem saída. Delegar a outros a “sagrada” tarefa de cuidar dos filhos não traz só problemas práticos.

Além das despesas e das preocupações extras, provoca um profundo sentimento de culpa em relação ao filho. Afinal, o modelo recebido na família não previa a transferência das funções de mãe para outras pessoas.

Mas, enquanto a maioria reage solitariamente a essa questão, algumas mulheres estão dando o salto. Estão repensando coletivamente a criação dos filhos

Neste número, procuramos participar desta luta. Trazer experiência e caminhos alternativos que tentam romper esse beco sem saída. Discutir a educação do filho não mais como um assunto privativo de cada mulher, mas como um problema da coletividade, que está exigindo soluções mais satisfatórias que as atuais.

Nesses depoimentos surgem as esperanças e as frentes de luta, seja dentro da família — na discussão da maternidade vivida sem partilha — ou na concretização de formas coletivas de guarda e proteção das crianças.



Foto Nair Benedito - Ag. F/4

Teoricamente, a creche é a solução ideal para as mães que trabalham. E na prática, ela está satisfazendo essa necessidade? No Brasil, mais do que a pré-escola, a creche é uma espécie de terra de ninguém. Uma instituição onde nenhum órgão em particular está definido como principal responsável. Se por um lado isso demonstra a falta de empenho do governo em resolver o problema, por outro abre uma série de perspectivas novas. A ausência de uma centralização rígida permite uma grande variedade de arranjos, de modo que iniciativas comunitárias estão coexistindo com outras de empresas, instituições de caridade, órgãos oficiais, etc. Esta foi uma das questões mais interessantes levantadas pelo Primeiro Encontro Nacional sobre Creches, realizado em São Paulo no final de setembro pela Equipe de Pesquisas em Educação da Fundação Carlos Chagas.

Neste depoimento, a pesquisadora Maria M. Malta Campos, da Fundação, dá uma visão geral da situação atual das creches, relatada pelos 43 participantes do Encontro.

A escola elementar tem sido acusada de um alto grau de centralização, regulamentação e rigidez burocrática. Pelo fato mesmo de ter se tornado, majoritariamente, uma iniciativa do Estado, é que essa escola rígida e padronizada chegou a atingir uma grande massa de crianças acima de sete anos. No caso da creche, a diversidade de soluções encontrada é acompanhada de um enorme déficit de vagas e, mais ainda, de desníveis significativos entre os vários tipos de atendimento. Por outro lado, a diversidade e a falta de definição de um órgão que centralize a questão permitem que surjam — como mostraram várias experiências relatadas no Encontro — propostas que trazem um sabor de autenticidade e de criação coletiva, de solução nascida a partir da realidade da população atendida, que raramente é encontrada nas escolas públicas.

Isso fica claro quando consideramos o que está ocorrendo na cidade de São Paulo. Por pressão do Movimento de Luta por Creches, a Prefeitura passou a construir, em ritmo acelerado, creches para funcionarem no sistema

Uma terra de ninguém, que pode ser de todos

de administração direta. Após um breve período, em que alguns grupos conseguiram influir na seleção do pessoal de creches (o que estabelecia, desde o início, um canal de participação da população na sua gestão), a Prefeitura acabou por fechar essa possibilidade, providenciando por conta própria o preenchimento desses cargos. A situação atual, descrita no Encontro, indica que as creches que dependem da Prefeitura apresentam várias desigualdades. De um lado estão as conveniadas, ainda a maioria, com apenas parte de seus custos coberta pela Prefeitura.

Conforme elas estejam vinculadas a entidades mais ricas, como algumas instituições de caridade conhecidas, ou a grupos de bairros da periferia, apresentam condições de funcionamento muito diversos. A maior parte luta com muitas dificuldades, cobrando taxas dos pais e sobrevivendo às custas de rifas e bazares. As creches diretamente administradas pela Prefeitura têm maior número de funcionários, terrenos e instalações melhores, alimentação garantida, etc.

As experiências de fora de São Paulo que foram relatadas no Encontro mostram uma situação semelhante. Ao lado de creches de empresas ou instituições poderosas que conseguem oferecer um alto padrão de atendimento, encontram-se tipos de atendimento indireto, nas quais alguns órgãos do governo como o Mobral, a LBA, a Fundação de Serviço Social do Distrito Federal, repassam verba e assistência técnica para entidades privadas, grupos de bairro ou mesmo famílias isoladas. No segundo caso, como as creches de São Paulo, procura-se atender as crianças por meio de arranjos simples, nos quais o pessoal da creche trabalha muito e recebe pouco ou nada. A instalação é precária e a alimentação se reduz ao estritamente necessário.

Mas essa assistência indireta e parcial não chega a todas as iniciativas. Muitas ficam fora até mesmo

dessa ajuda limitada, ou porque não têm as condições mínimas exigidas pelos órgãos que repassam os recursos, ou por causa das enormes dificuldades burocráticas.

Como é de praxe no país, também na área das creches quem tem mais recebe mais, e quem tem pouco recebe menos, quando não recebe nada. Esta desigualdade é ainda maior de acordo com a localização e o tipo de população atendida, que geralmente acompanham as características das creches.

Mas alguns relatos colocam em dúvida a melhor qualidade aparente de algumas creches mais bem equipadas. De fato, não foi destas que ouvimos que as experiências pedagógicas mais estimulantes. Não foi delas, também, que surgiram os exemplos de participação mais intensa da população. Nem foi delas que vieram os exemplos de trabalho de equipe do pessoal que trabalha na creche, e de sua identificação com a realidade do bairro.

A pergunta que surge é: — será possível imaginar uma alternativa que combine as vantagens dos dois tipos de solução? Por que não pensar numa creche razoavelmente instalada e equipada, com pessoal remunerado de forma justa, desenvolvendo um trabalho pedagógico próximo da realidade das crianças e do bairro?

É nisso que a proposta do Movimento de Luta por Creches em São Paulo ganha uma importância muito grande: a autogestão da creche custeada pelo Estado. Essa solução combinaria um mínimo de condições de funcionamento com a participação ativa da população na operação da creche e aponta para um caminho cheio de promessas.

Por esta razão lamentamos que nenhum dos diretores das sete creches diretas da Prefeitura eleitos pela população tenham comparecido ao Encontro. Lamentamos, mais ainda, que a Prefeitura tenha impedido a continuidade dessa experiência, limitando-a às primeiras creches.

"Quem tem mais recebe mais, quem tem pouco recebe menos." Esta foi uma das constatações do encontro realizado em setembro na Fundação Carlos Chagas.



Foto Nair Benedito - Ag. F/4

A lei existe. Mas, ora, a lei

Quem emprega mais de 30 mulheres acima de 16 anos é obrigado por lei a manter uma creche no local de trabalho ou em convênio com outras entidades. Mas, além de ser ignorada pela maioria das empresas, a própria lei é falha em vários pontos.

Introduzida por iniciativa de alguns industriais paulistas no início do século, a creche — entendida como forma de apoio à mulher que trabalha fora de casa — foi tornada obrigatória em 1943 pela CLT (Consolidação das Leis do trabalho) 30 mulheres ou mais, com idade superior a 16 anos, são obrigadas a manter "local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação".

A lei determina ainda a existência de um leito para cada grupo de 30 mulheres entre 16 e 40 anos, e permite às empresas manterem creches distritais, diretamente ou em convênio com entidades públicas ou privadas.

Está claro na lei que a obrigação das empresas é atender às crianças somente durante o período de amamentação. Depois disso, o Estado oferece um estímulo: um diploma de benemerência aos empregadores que instalam creches e instituições pré-escolares. Algumas entidades públicas, como o SESI, o SESC e a LBA, também devem manter ou subvencionar escolas maternais, mas apenas "de acordo com suas possibilidades financeiras" (artigo 397 da CLT).

As críticas, numerosas

E o que acontece quando a lei não é cumprida? Quase nada. A empresa pode ser multada numa quantia variável entre Cr\$ 800 e Cr\$ 8.000 (isso em São Paulo).

Estes são os dados legais. Mas em todas as ocasiões em que as mulheres opinam sobre creche em empresa, as críticas são numerosas. A legislação é geralmente tachada de omissa, acanhada e falha em vários pontos.

De acordo com informações do Ministério do Trabalho, se a obrigatoriedade legal fosse cumprida, apenas dois por cento da força de trabalho feminina na idade estipulada (entre 16 e 40 anos) estaria coberta. Muitas mulheres trabalham sem registro, outras em empresas pequenas (com menos de 30 empregadas nessa faixa de idade) e outras, ainda, sequer são alcançadas pelos direitos da CLT, como as empregadas domésticas e as trabalhadoras rurais.

Outra crítica é quanto à idade do atendimento (como se a criança a partir de seis meses fosse capaz de se cuidar sozinha), e também quanto ao número de leitos. A proporção (um leito para cada grupo de 30 mulheres) está muito longe de refletir a realidade brasileira. Baseando-se nos dados de fertilidade do Rio Grande do Sul, a

Secretaria do Trabalho daquele Estado concluiu que a proporção deveria ser de três leitos para cada grupo de 30 mulheres.

A experiência catarinense

Além das falhas de lei, seu cumprimento também é insatisfatório. A fiscalização cabe ao Ministério do Trabalho, mas não se tem notícia de um esforço claro neste sentido — a não ser em Santa Catarina, onde a Delegacia Regional do Trabalho vem controlando com bons resultados a instalação das creches nas empresas. Em 1979, quando essa fiscalização começou a ser incrementada, apenas três das 593 empresas catarinenses enquadradas na exigência legal tinham creches. Hoje, 196 delas estão cumprindo o dever de dar guarda e proteção aos filhos das empregadas. Surpreendentemente, no caso catarinense, está havendo subutilização das vagas criadas. Uma pesquisa da própria DRT aponta para o motivo disso: a maioria das creches fica em bairros "nobres", distantes da periferia, onde mora a grande massa das mães trabalhadoras, que não tem recursos nem para pagar o transporte das crianças, nem para fornecer às creches o material exigido (enxoval, alimentação, etc.).

De qualquer modo, a experiência catarinense mostra claramente que a maioria das empresas não cumpre a lei, ou, como geralmente acontece no resto do país, cumpre parcialmente por meio dos convênios. Estes, aliás, bastante criticados. Eles poderiam funcionar, se a mãe pudesse deixar seu filho numa creche próxima à sua casa, e não precisasse se locomover com a criança até a empresa. Mas as empresas fazem convênios com qualquer creche, independentemente de sua localização.

O Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo denunciou recentemente alguns convênios feitos com a empresa Caravelas SC, que administra três creches: uma em Santo Amaro, outra no Ibirapuera e outra no Cambuci — bairros muito distantes da concentração bancária.

A lei não obriga as empresas a comunicarem às funcionárias a existência desses convênios, e isso abre o caminho para as "creches fantasmas", uma instituição muito comum e bastante lucrativa. Como a legislação se preocupa apenas com a existência do local, e não com a ocupação das vagas na creche da empresa ou da conveniada, um mesmo berço pode ser reservado várias vezes.

“Se alguém me perguntar o que é creche, eu não sei”

Excluídos até da proteção da lei, os filhos das trabalhadoras rurais perambulam pela roça ou pelas ruas do vilarejo enquanto as mães pegam na enxada durante dez horas ou mais. Margarida Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, faz um dramático retrato dessa situação.



Foto Gleide Salma - Ag. F/4

O depoimento de uma operária têxtil

Neuza Nogueira, da diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, defende a criação de uma comissão que elabore normas (e fiscalize o seu cumprimento) para o reconhecimento oficial das creches instaladas. Neste depoimento, ela explica o porquê.

"Ter filhos, para nós trabalhadoras, ao invés de alegria, muitas vezes é uma verdadeira tragédia. Não temos local adequado para deixar os nossos filhos enquanto trabalhamos. A lei não atende às nossas necessidades, dentre outros motivos porque não responde à seguinte pergunta: o que faremos com nossos filhos quando não mais se alimentarem ao peito? Compreendemos porque muitas crianças são amarradas aos pés das camas por horas e horas enquanto as mães saem em busca de sustento.

Achamos que devemos ter creches nos locais de trabalho e moradia para podermos, então, escolher o que é mais adequado para nós e nossos filhos em cada

situação. Nós todas sabemos que quando exigimos que o governo instale creches onde moramos estamos exigindo um direito que é nosso, pois também é para isso que pagamos altos impostos. Mas o que não podemos esquecer é que, com o nosso trabalho, estamos dando lucros altíssimos às empresas e que, portanto, elas têm a obrigação social de nos garantir um mínimo de tranquilidade enquanto produzimos.

Portanto, devemos exigir das empresas creches nos locais de trabalho e, das empresas e do governo, creches nos locais de moradia.

Gostaríamos de ressaltar que nas creches não queremos que nossos filhos sejam apenas "vigilados" durante a nossa jornada de trabalho. Como a própria lei determina, queremos que sejam também assistidos. E assistidos para nós é: cuidados higiênicos, cuidados médicos, alimentação adequada, estímulos para o desenvolvimento intelectual, etc.

Sabemos que creches muitas vezes

consideradas padrão não colocam nossos filhos sequer para tomar banho de sol na época em que isto seria quase obrigatório; que nossos filhos não são orientados como mandam os especialistas na época em que começam a dar os primeiros passos, identificar os objetos ou balbuciar as palavras. Enfim, todos estes cuidados que temos com os nossos filhos quando cuidamos deles nós mesmas, mesmo sem que nenhum especialista nos diga a importância disto tudo no desenvolvimento do corpo e da mente de nossos filhos. Ou será que as empresas acham que isto é demais para filho de trabalhador?

Para isto consideramos importantíssima a criação de uma Comissão que elabore as normas a serem cumpridas para o reconhecimento legal das creches instaladas e que esta comissão fiscalize o cumprimento destas normas. Desta comissão deverão participar representantes dos trabalhadores, através de seus sindicatos ou associações, e representantes do governo".

"A mulher trabalhadora rural se levanta às três horas da madrugada, vai buscar água, deixa o filho de três meses junto com os de quatro, cinco anos. Quando chega faz o café e vai para a roça plantar milho, feijão, limpar mato, cortar ração de gado — tudo trabalho de enxada. Quando as mães chegam do roçado encontram os meninos às vezes queimados e aí correm às pressas para o hospital de Alagoa Grande, que fica numa base de 15 quilômetros. Muitas delas preferem levar os filhos para o roçado e lá faz um rancho ou deixa debaixo de uma árvore e aqueles meninos menores ficam brincando, fazendo Barreirinha d'água, juntando terra, com nariz escorrendo, feridos por causa da poeira, da chuva e do sol que eles levam. Aqueles meninos lá faz até pena a gente relatar. Uns meninos de barriga grande, parece até mulher gestante. É muito triste a situação da mãe rural. Ela muitas vezes deixa os filhos também e vai cortar cana, plantar cana, semear a bandeira da cana e, enquanto isso, os meninos ficam arengando com os vizinhos, jogando pedra, brincando de espingarda quando o pai, às vezes, deixa fácil por descuido, e já tem morrido criança por causa de tiro de espingarda. Isso porque as mães não podem dar assistência aos filhos: elas não querem ver o menino morrer de fome, então vão ganhar um diazinho de serviço.

Lá não tem creche, escola às vezes tem, mas fica distante e a mãe às vezes não leva. Talvez por falta de orientação, de formação. Então a gente gostaria, e seria uma bênção de Deus, que essas mães tivessem creche para seus filhos, para que assim elas pudessem trabalhar mais. Sei que existem três creches na cidade, mas não conheço por dentro. Se alguém me perguntar o que é creche, eu não sei. Eu sei que passam uns meninos lá em casa já calçadinhos e com a roupinha da creche, isso eu sei dizer. Fui lá uma vez e vi as crianças brincando contentes. E as mães, fica uma parte satisfeita e a outra reclamando.

O que eu posso dizer é isso, é que nós temos uma faixa de mais de mil crianças carentes que estão precisando de creche. Então muitas vezes as mães se apertam, choram muito porque não têm uma vida melhor. Os meninos comem milho torrado quando tem, porque lá a fome é gritante. A nossa cidade é muito feia e triste: lá não tem emprego, estas pessoas moram lá porque são vítimas da expulsão do trabalhador da terra. Daí começou a miséria. Na cidade a mulher pobre vive com bastante fome, muitas vezes revoltada, chama palavrões. Isto não quer dizer que elas sejam mal educadas. Isso é a cabeça quente. A campanha não acredita em mais ninguém. Não acredita em padre, em Igreja, em coisa nenhuma! Eu acho que ela só vai acreditar quando ver chegar nas mãos. São como São Tomé".

Mães: difícil é lidar com a culpa

A convite do Mulherio, seis mulheres sentaram para debater informalmente a questão de "quem deve cuidar dos filhos".

A conversa foi longa e resvalou por tópicos tão diferentes quanto a imagem da mãe tradicional, sentimentos de culpa, dificuldades na divisão de trabalho com o marido, casamento e separação, diferenças entre classes sociais, relação entre a escola e a família. Por limites de espaço, reproduzimos aqui apenas alguns trechos da

conversa, que considera mos de maior interesse geral.

Participaram do debate, feito em Campinas, Evelise Fernandes Prado (Evê), arquiteta, 29 anos, casada, um filho; Ivani Pino, socióloga, 43 anos, casada, dois filhos; Maria Tereza Rodrigues, psicóloga, 28 anos, desquitada, um filho; Mariza Corrêa, antropóloga, 37 anos, casada, um filho; Marília de Andrade (coordenadora), bailarina, 35 anos, desquitada, três filhas; Ofélia Amorim Reinecke, advogada, 43 anos, desquitada, três filhos. Vamos ouvi-las:

Ofélia — Essa vocação de ser mulher e mãe, eu realmente não tenho. Objetivamente, eu acho que a educação, as informações e a vida não podem ser dadas única e exclusivamente pela mãe ou mesmo pela família.

Tereza — Você coloca que não é o tipo de mãe tradicional. Acho que simplesmente o condicionamento não te pegou, porque ser mãe desse tipo é uma coisa condicionada e só algumas conseguem livrar-se deste tipo de condicionamento.

Ofélia — E, neste caso, sentem até um certo remorso...

Tereza — Bastante sentimento de culpa.

Ofélia — A condição de mulher separada não obrigaria a mulher a romper com o modelo tradicional de mãe? O fato de entregar os filhos para o marido em um fim-de-semana, isto é, entregar a guarda, aquela responsabilidade pela segurança, pela saúde dos filhos, permite que você retorne à situação de solteira. E, pelo menos nesta hora, você não sente este tipo de remorso do qual estamos falando.

Marília — Pois é, uma coisa que pinta é esse sentimento de culpa. Eu também não consigo me adaptar ao modelo tradicional de mãe. Mas, aparece um grande conflito cada vez que tenho que deixar as crianças, cada dia que não me sobra tempo para supervisionar a lição de casa, etc. Fico racionalizando, me dizendo o tempo todo: "tudo bem, eu tenho que trabalhar, eu estou ocupada, e tal...". Mas, de qualquer jeito, eu me sinto mal. Eu diria que é uma coisa quase que de estômago, que me pega no fundo, sabe?

Tereza — Eu acho interessante enfatizar que se sentir livre e sem remorsos de deixar a criança é muito mais fácil quando você deixa com o marido, ou ex-marido, do que com outros familiares, amigos, etc. Porque só neste caso você sente que está repartindo mesmo.

Mariza — Mas não é justamente este remorso que a gente está tentando eliminar? Acho que todo mundo, em algum momento, tem esta sensação de culpa. No entanto, acho que a briga constante contra esta sensação pode ter consequências muito positivas. Conheço algumas mulheres jovens que não têm este tipo de sentimento em relação aos filhos e, talvez, na próxima geração, ou, então, na próxima depois da próxima, ele desapareça completamente. Por que não pensar nas crianças como uma responsabilidade social? Eu acho que no momento em que a gente critica este sentimento de culpa a gente também está assinalando que não é a única pessoa responsável pelos filhos, que a

responsabilidade também é do mundo que os cerca. Um mundo familiar, restrito, no primeiro momento, mas, que se torna cada vez mais amplo. Enfim, o mundo mesmo.

Ofélia — Agora, uma outra coisa que eu queria colocar é a diferença de sentimento de culpa que eu tenho quando deixo os meus filhos para trabalhar, ganhar dinheiro ou para exercer alguma atividade política, e quando os deixo para simplesmente sair e me divertir. A minha culpa fica bem menor quando saio para ganhar dinheiro ou porque estou "lutando para mudar alguma coisa na sociedade". Quando saio por prazer minha culpa fica imensa. Às vezes, chego até a imaginar que alguma desgraça vai acontecer, que alguma criança vai se queimar no fogão...

Tereza — Isto mostra bem como é uma questão cultural. É mais aceito que você deixe seu filho com outra pessoa para ir trabalhar. Mas nunca por causa de um prazer. O que eu tenho observado, inclusive, levando a questão de ser casada ou separada, é que às vezes para a mulher casada é mais difícil obter outras fontes de prazer, longe do marido e dos filhos.

Ofélia — Acho, por outro lado, que quando somos mulheres separadas e que dividimos necessariamente nossos filhos com os pais nas férias e nos fins de semana, também temos mais consciência de um outro problema importante: será que as mulheres estão realmente preparadas para dividir a guarda de seus filhos? Tenho várias clientes que na situação de separação, quando os filhos já são maiores e optam por morar com o pai, não se conformam e vem me procurar para obter judicialmente a guarda da criança. Por outro lado, assumir o papel de pai e mãe é muito difícil para a mulher descasada. É uma barra!

Tereza — Mas quando a gente está casada há sempre uma luta entre o marido e a mulher pelo controle dos filhos. No fundo, uma luta pelo poder que, por vezes, torna muito difícil a divisão de trabalho. Evê — É isto! Já que é a mulher quem deve cuidar, ela também sente muita dificuldade em delegar o cuidado da criança ao marido. Ela procura ensiná-lo para que ele cuide exatamente do jeito que ela sabe, que ela quer. Aconteceu muito comigo até que conseguisse ver que estava interferindo na relação do pai com a criança. Na verdade o jeito que ele tem de ser pai é também fascinante, é muito diferente do meu jeito. Seria, no mínimo, redundante para nosso filho, se fôssemos, em casa, duas mães...



Pais: o privilégio de trocar fraldas

Para alguns homens (ainda muito poucos) não só de mãe vive a criança, mas também, e cada vez mais, de um pai participante, capaz de limpar cocô, dar mamadeira, ir às reuniões da escola, levar ao médico, sentar no chão e brincar. Convidamos três deles: Antônio Carlos Godói (psiquiatra, casado, pai de duas meninas), Aldo Bocchini (tradutor, pai de quatro filhos, de dois casamentos) e André Torres (sociólogo, separado, que mora sozinho com duas filhas). O resultado foi um bate-papo gostoso, e muitas vezes surpreendente para Laís Tapajós e Beth Vargas, que organizaram o encontro.



— A mulher foi preparada culturalmente para assumir os filhos, e o homem não. Você, que ficou viúvo com duas crianças pequenas, como viveu esse período?

Aldo — Fiquei alguns meses com as crianças, depois me casei outra vez. Assumi sozinho o que deu, morei com elas. Nessa questão dos filhos, acho que o interessante é poder dividir tudo com outra pessoa e não transar as coisas sozinho. Tenho a impressão de que para uma mulher as dificuldades seriam as mesmas. Atualmente eu e minha mulher trabalhamos mais ou menos o mesmo número de horas e ganhamos salários aproximadamente iguais. E eu trabalho em casa. Se trabalhasse fora o dia inteiro, talvez não houvesse essa possibilidade. Não existe uma divisão rígida do trabalho com as crianças, mas os dois fazem de tudo: dão banho, levam à escola, põem para dormir, trocam fraldas, vão às reuniões da escola, etc.

Godói — Minha situação é um pouco diferente da do Aldo. Eu trabalho o dia inteiro fora, sustento a casa atualmente. Minha mulher parou de trabalhar este ano para amamentar o nenê.

— Mas você não acha que uma mulher, mesmo trabalhando fora o dia inteiro, em geral sabe de todos os detalhes sobre a criança? E não seria por que ela está convencida de que a responsabilidade — e não só o cuidado — com as crianças é dela?

Godói — Concordo, mas também isso é uma questão da gente aprender. Há uns dois anos atrás eu comia bola em muita coisa com criança.

— E quais as dificuldades que você enfrentou para aprender essas coisas?

Godói — Principalmente as do hábito, gênero assim: "o que você espera de uma mulher". Porque a gente está acostumado com um modelo do pai lendo jornal, enquanto a mulher se ocupa das crianças. E mesmo sabendo das coisas, não é fácil mudar. A cabeça da gente anda mais depressa do que o emocional. Mas também a interferência da mulher atrapalha. Você está transando com a criança e é lógico que você não tem uma prática. Então, de repente, tem horas em que a mulher atravessa no meio e não te deixa fazer as coisas do teu modo.

André — No meu caso houve dois momentos radicais: um, no tempo do meu casamento, onde havia um comodismo claro e declarado da minha parte no cuidado com as crianças. Num segundo momento, quando passei a morar com as meninas, tive que cumprir as normas, que antes eu só ditava. Isso é recente: as meninas estão só há um ano comigo. — E como aconteceu essa mudança de um papel tradicional que você assu-

miu durante o casamento para a situação de agora?

André — Eu sou de uma família de homens, de oito irmãos. Minha mãe era a única mulher em casa. Então, todas as tarefas domésticas, como passar roupa, lavar, cozinhar, nós homens fazíamos. Nesse aspecto, não encontrei muita dificuldade. Quando me vi sozinho com as meninas, descobri que havia uma experiência latente, esquecida, que podia ser recuperada. A maior dificuldade que eu enfrento é na questão de conciliar meu trabalho profissional e outros interesses com o fato de as crianças precisarem de atenção.

— Vocês se sentem diferentes dos outros pais?

Godói — Com os amigos mais chegados, não sinto diferença, mas vejo, por exemplo, que as pessoas se assustam quando sabem que estou planejando trabalhar menos para ficar mais tempo com as crianças.

André — Num dos meus empregos, andei sofrendo críticas sérias por não cumprir rigidamente os horários porque eu ficava com as crianças de manhã. As pessoas entendem mal uma coisa dessas.

Aldo — Tem situações interessantes. Dois filhos meus estudam em escola pública e a reunião com os pais, ou melhor, com as mães, é às quatro da tarde. Então sou eu que vou, o único homem no meio de 39 mulheres. A diretora, lá na frente, fala: "Minhas senhoras..."

— E quanto à sensibilidade, o que mudou com essa participação junto aos filhos?

André — Eu comecei a prestar atenção a coisas mínimas, que antes não pareciam importantes. A notar mais a reação das crianças com outras crianças, com os adultos, questões que antes eu delegava para a mãe delas. O dia-a-dia hoje é tão importante quanto a minha preocupação profissional ou minha militância partidária, coisas que antes não tinham pesos equivalentes.

Godói — Eu acho que travei contato com sentimentos mais ternos. Contribuiu para que eu vivesse certos aspectos de uma parte mais feminina minha. Ter tido filhas mulheres também aumentou essa possibilidade. A minha filha mais velha, por exemplo, é muito parecida comigo e às vezes eu olho para ela e é como se fosse um anima minha, um pouco meu aspecto feminino. E isso provocou uma mobilização fortíssima ao nível do inconsciente. Eu vejo também em mim hoje alguma coisa mesmo de inveja da mulher. Quando minha mulher estava grávida, de barrigão, eu morria de inveja.

Imagine que barato você ter alguma coisa que cresce, que é viva, dentro de você. E dar de mamar? Eu queria dar de mamar. Se fosse biologicamente divisível, a gente ficaria grávida cada vez um lá em casa. Depois, também, esse negócio de filho me fez questionar esse tal de "masculino" e "feminino". Outra coisa: acho que essa idéia de que é um sacrifício transar as crianças tem que ser mudada. Eu acho que é um privilégio. É lógico que dá trabalho, mas, fora a mão-de-obra, nossa, o que as minhas filhas têm feito a minha cabeça.

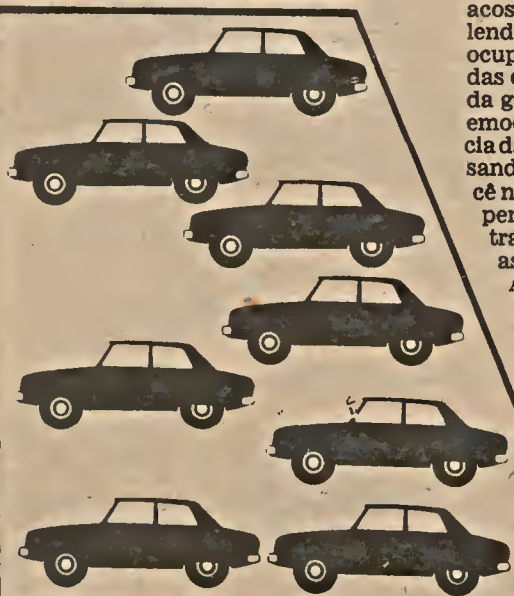


Ilustração de Clive Offley

Uma solução comunitária a partir da estaca zero

Sônia Rainho trabalha na Creche Pixote, criada e mantida por um grupo de moradores do município paulista de Osasco. Aqui, ela conta como é esse trabalho, como as dificuldades estão sendo enfrentadas, e fala da importância de se utilizar técnicas que não "domestiquem" a criança.

"Participei desde o início do movimento para organizar essa creche no bairro junto com as mães. Hoje eu sou voluntária na creche, cuido um pouco da parte de administração e supervisão das atividades. Estou na creche principalmente na parte da manhã. Moro num quartinho lá mesmo, então eu quebro o galho praticamente em tudo: falta funcionária, eu substituo; tem criança que entra às cinco e meia da manhã, eu levanto para receber, porque as outras entram às seis horas. Estou assim muito ligada à vida da creche, que vai fazer seis meses de existência.

Quando a gente pensou em instalar essa creche, foi a partir das necessidades das mães do bairro, que eram de dois tipos: uma que é a de toda mulher que trabalha fora — e não só da mulher que trabalha fora, acho que é um direito que as pessoas têm de ter creche para seus filhos —, outra é que na creche da Prefeitura que tem no bairro, quando a criança faz 5 anos, perde o direito à vaga. Todo mundo sabe que nessa idade a criança não tem independência suficiente para ficar em casa e para se cuidar sozinha.

A falta de creches é um dos problemas mais gritantes de Osasco. A gente sabe que está substituindo o poder público, mas não deixamos de cobrar o que é obrigação de ele fazer. Começamos a procurar casa, que tipo de móveis íamos fazer. Dinheiro não tinha. Partimos da estaca zero. Começamos a fazer bazar, baile, o diabo, para conseguir dinheiro para começar a creche.

Sônia, a "faz-tudo" da creche Pixote, de Osasco



Alugamos a casa. Um pessoal da marcenaria comunitária de uma igreja pegou aquele móvel velho que não dava mais para vender, e que a gente comprou numa loja de móveis usados, e reformou.

Uma das coisas que achamos boa no nosso trabalho é que o pessoal que está trabalhando na creche hoje é um pessoal que já vem de muitas lutas no bairro: por posto de saúde, ônibus, centro de vivência. Então o nosso grupo é dos mais atuantes. Qualquer pessoa é capaz de tocar uma reunião. Nas reuniões onde a gente discute a programação da criança todo mundo está, todo mundo está mesmo! Se a gente não fizer isso, vai ter problemas, porque uns entendem que a educação é assim e outros entendem que educação é assado.

Uma das nossas maiores preocupações hoje é tentar encontrar uma pedagogia que liberte um pouco a criança. O que está nos livros parece que não foi escrito para nós, não. Acho que tem muitas técnicas que ao invés de desenvolverem as crianças, elas domesticam a criança. A nossa grande preocupação é não fazer dessas crianças robôzinhos que só obedecem para não atrapalhar nossa vida. E isso está sendo muito difícil, está sendo um aprendizado junto com todo mundo: com os voluntários, com as mães, com

o pessoal que trabalha na creche. — Eu acho que, com isso, só quem tem a ganhar é a criança.

Uma programação certinha a gente não tem ainda. Temos procurado trabalhar em cima das dicas que a própria criança dá para a gente. O nosso material pedagógico é praticamente sucata. Não dá para comprar esta história de guache, papel cartão...

Hoje quem sustenta a creche basicamente são as mães e a comunidade. Quando a gente está apertada e não tem comida, bota uma plaquinha: "Esta semana não temos feijão, nem óleo, nem isso e nem aquilo" e o pessoal traz. Temos procurado fazer convênios com entidades, mas temos encontrado muita dificuldade porque a nossa creche não tem documentação legal.

Eu acho que muitas experiências do povo morrem porque essa documentação toda que tem que fazer acaba atrapalhando a vida de todo mundo, porque é tanta burocracia, é tanta gente onde você tem que ir que acaba desistindo no meio do caminho. É uma necessidade que se tem que atender já, não dá para deixar para o ano que vem! Eu tenho que lutar para conseguir comida já, não é o ano que vem...

Esse é um dos maiores problemas nossos — a questão da alimentação. Temos procurado dar uma alimentação balanceada para a criança com o mínimo indispensável. Para a criança que toma mamadeira, são as mães que trazem o leite; quando a mamadeira é engrossada, elas trazem o engrossante. A gente vai no fim da feira, quando o pessoal está guardando as barracas, e compra mais barato.

Uma das coisas que não vamos deixar de lutar é para que o poder público e as entidades que conveniam a alimentação assumam sua obrigação — vamos continuar mandando projeto, cobrando e tal.

Vamos começar a brigar agora para conseguir da Prefeitura um terreno para começar a construir uma creche num prédio maior, com melhores condições e com aquilo que a criança merece. E com o mínimo de condição, também, para a gente trabalhar."



A creche é uma ótima oportunidade para a criança pequena relacionar-se com outras da mesma idade e crescer nesse relacionamento. É o que diz **Luígia Camaioni**, professora de Psicologia Evolutiva da Universidade de Roma, neste depoimento a **Maria Luíza Cobra de Castilho**. Luígia Camaioni esteve recentemente no Brasil, dando um curso na Unicamp.

As creches surgiram como decorrência da industrialização, que provocou uma mudança radical na estrutura familiar. Ela passou de patriarcal (onde a criança convivia com vários adultos, numerosos irmãos e outras crianças da mesma idade, além dos pais), para nuclear. A redução da família (agora pai, mãe e poucos filhos) acabou com essa pluralidade de relacionamentos que a criança podia ter. Por outro lado, estabeleceu uma divisão rígida de papéis: a mulher como dona-de-casa e o homem como responsável pela produção. Nas últimas décadas o controle da natalidade limitou ainda mais a convivência da criança com os irmãos, e praticamente só restou mais a convivência da criança com a mãe. Tudo isso, diz Luígia Camaioni, é importante para se entender por que as teorias pedagógicas e psicológicas da década de sessenta privilegiaram a interação criança/mãe. As outras interações são complementares, consideradas positivas ou não, de acordo como se deu a interação com a mãe, isto é, é esta que determina a boa qualidade da vida emotiva, pessoal e social do adulto.

Isso, afirma Luígia Camaioni, significa "uma grande hipoteca sobre a mãe, porque, se ela fugir do padrão descrito pela teoria, fará de seu filho um adulto infeliz". Na psicanálise, continua a psicóloga, não há espaço para a interação entre crianças, e a teoria de Piaget também enfatiza a relação adulto/criança, embora não a faça recair exclusivamente sobre a mãe. Co-

mo a psicanálise e a teoria piagetiana dominaram a psicologia da criança até o fim da década de 60, as pesquisas científicas não davam nenhum apoio teórico a uma política educativa de tipo comunitário.

Mas essa situação está mudando, de acordo com a constatação de Luígia: "Nos países europeus passou-se a falar de modo muito explícito e favorável das creches públicas, pagas pelo Estado; portanto, de uma política educativa do tipo comunitário".

Sem dúvida, diz a psicóloga, isto é resultado de uma mudança teórica na Psicologia, "mudança que vai além da psicanálise e da teoria piagetiana" e que começou a surgir depois de algumas pesquisas feitas com macacos pe-

O pesado fardo de fazer do filho um adulto feliz

lo grupo da cientista Harlow. Essas pesquisas constatarem que os pequenos animais, quando isolados de outros da mesma idade, apresentam alterações no comportamento social, a mais grave das quais é a agressividade. Tirados do isolamento, eles se reintegram rapidamente ao grupo da mesma idade. A reintegração funciona, assim, como terapia.

A idéia que se tinha antes era de que a criança "não ficava bem entre seus pares", mas o que se tem concluído é que "quanto mais as crianças interagem entre si, tanto mais diminuem a própria agressividade", e não o contrário. Segundo Luígia Camaioni, "uma parte daquilo que um observador superficial define como comportamento agressivo não é um comportamento realmente agressivo, mas sim uma agressividade que pertence ao jogo: grande parte dos jogos que a criança apresenta em grupo são deste gênero. É uma luta corpo-a-corpo cuja finalidade não é atacar o parceiro do jogo, mas ter uma interação física muito forte".

preencher o papel da substituta da mãe", conclui Luígia.

Nesse novo conceito de creche, ela define o que julga ser o papel da educadora.

"— Ela deve viver seu papel como um papel profissional, e não como um papel definido só como afetivo e personalista. Deve ter noções de Higiene e de Medicina, que são elementares em qualquer situação, mas, acima de tudo, deve ter conhecimento de Psicologia. Muito importante também é que a educadora saia de seu papel de protagonista e o deixe para as crianças, assumindo uma função basicamente de suporte, de coordenação do grupo. Se pensar que a criança só está bem e se desenvolve adequadamente quan-



Foto José Augusto Tavares

Luígia Camaioni acha que o papel do educador (a nossa "pajem") é fundamental para que a creche funcione de modo a permitir o melhor desenvolvimento psicológico da criança. O que aconteceu nas primeiras creches, pelo menos na Itália, diz ela, é que o modelo de educadora era o de substituta da mãe. "Isso desenvolvia na educadora um problema afetivo complexo, já que ela estava em constante conflito com a mãe. De outra parte, a mãe sentia-se ansiosa e culpada por colocar o filho na creche, e a criança reagia chorando ao se separar da mãe".

Na Itália, continua, isso já está mudando. Um sintoma é o movimento dos homens contra a legislação que não lhes permitiam ser educadores, e isto porque "só uma mulher poderia

do interage com um adulto, evidentemente não favorecerá a interação entre as crianças. Ela se colocará como indispensável, estará sempre no centro das situações e, se ela é uma boa educadora, conseguirá no máximo individualizar sua relação com uma criança, formando díades, isto é, ela e uma criança por vez. Ao se colocar fora do centro da situação, ela fará o suporte não só de uma criança e sim do grupo, da coletividade."

Para Luígia Camaioni, a criança na sociedade ocidental avançada já vive essa relação diádica bastante exclusiva, "senão de todo exclusiva", com os pais. A educação coletiva deve dar outro tipo de experiência: a experiência de comunidade.

O continente obscuro do pecado

Há pouco tempo deixou os vídeos uma novela sedutora no sentido de ilustrar, quase caricaturalmente, a visão que o sistema tem da mulher. Refiro-me a **Balla Comigo** de Manuel Carlos. Todas as personagens femininas eram marcadas por um selo negativo, pagavam em suas vidas, bisonhamente, o "pecado" de Eva ter dado a maçã a Adão. Muitas vinham com véus de mistérios possíveis de encobrir abismos, continentes obscuros, ameaçadores da segurança do homem.

A atriz Arlette Sales ("Dolores"), ao início, era uma virago implacável e castadora, tanto quanto Miriam Pires que vestia todos os clichês da sogra. Mas vem a gravidez, a mulher fica sacralizada como se esta fosse a condição única a redimi-la. Cessa de ser "a porta da iniquidade" dos inícios da era cristã. Torna-se o mistério. O fugidio amante, aos poucos, voltará pelos poderes encantatórios de sua barriga.

Lilian Lemmert é "Helena" que teve uma "derrapagem" sexual aos dezessete anos, da qual lhe advieram gêmeos. Solteira, pobre, entregou uma das crianças ao pai (Raul Cortez), fundou família, escamoteou o passado. Quando os filhos souberam a verdade, só faltou que cobrisse a cabeça de cinzas e aceitasse ser expulsa do lar como maldita, impura. Rastejou, pedindo misericórdia.

Creio que pensou em enxugar o chão



da casa com uma bíblia e singular cabeleira. Talvez só não o fizesse por ter cabelos curtos. Mas "os frutos do pecado" não tinham vindo de sêmen de laboratório. O pai, muito tranqüilo, muito rico, pequeno bandido de fachada honrada, passeava por Veneza, Atenas e adjacências sua disponibilidade donjuanesca sempre premiada com belas mulheres tipo escravas de Serralho. A própria esposa legítima (Teresa Raquel) recebeu-o de volta. Evidentemente, ela sabia que havia a adúltera dos Evangelhos mas sem seu "partner" masculino. Ela também foi vestida pelo autor de megera. Mal amada do marido, da filha. Outro continente obscuro e amedrontador em meio da novela.

A virtuosística Fernanda Montenegro, como "Sílvia", caracterizou a mulher que se distanciou da filha mercê da carreira de atriz e dos amores eventuais. Em sua personagem, mais uma vez, nossa ficção televisiva enfatizou o escândalo da

"velhice" feminina (ela chega aos 40 anos?) procurando parceiro jovem. Seu trânsito através da narrativa termina com uma carta vinda de Casablanca onde aos 50 anos encontrara parceiro de 22.

Esse ridículo de "mulher velha" à procura de homem é quase uma constante nos enredos novelísticos. Os heróis "velhos" são "moços de tempos grise-lhas" amando ninfetas de 15 anos e atraindo a maior simpatia do público.

Nossa ficção televisiva, sob certo aspecto, reproduz muito bem o universo machista que habitamos: identidades perdidas, à procura do olhar do homem que, este sim, só ele, é capaz de entregar-nos a valoração exata que nos cabe e que mendigamos, incertas, incapazes, seres de tentações malignas, consumistas de jóias e de vestidos.

Helena Silveira

Feminizar o Mundo

Mulher,
Sexo no
Feminino
Maria-Sem-Vergonha
de Ser Mulher

ROSISKA D. OLIVEIRA
MARISKA RIBEIRO
MIGUEL PAIVA

118 pag. Cr\$ 690,00



O Que é
Feminismo



BRANCA M.
ALVES
JACQUELINE
PITANGUY

84 pag.
Cr\$ 150,00

Recuperar a presença da mulher na História, registrar as primeiras vozes femininas de insurreição, mostrar as formas de organização do feminismo, suas reivindicações e seus objetivos é o que procuram nos mostrar as autoras deste livro.

Mexer na ordem sexual é desequilibrar o poder que eterniza a mulher na servidão. "Mulher, sexo no feminino", fala disso e de muito mais...

01223 — r. general jardim, 160
são paulo — brasil



Mulher objeto, com prazer

"Nenhum casal será o mesmo depois deste filme." A propaganda de **Mulher Objeto**, de Sylvio de Abreu, é no mínimo intrigante. E a recente entrevista do diretor, na televisão, decisiva: uma esplêndida loura sentada em seu colo como um objeto de adorno, sorria complacente para suas afirmações, enquanto ele se empolgava na defesa do orgasmo feminino, da figura do amante — "castigo merecido para o marido incompetente" — e outras pérolas. "Meu filme é um libelo em favor do orgasmo feminino! Todo mundo tem que ver!"

É um mérito abordar o tema do prazer feminino. É, aliás, o único mérito de **Mulher Objeto**. Porque, no mais, o filme falha técnica e ideologicamente. Tecnicamente: a interpretação é má, caricatural, nenhum personagem tem densidade; algumas das cenas eróticas, embora todas sejam bonitas e bem cuidadas, são excessivas, desnecessárias; e o luxo imperial dos cenários, mania subdesenvolvida e demodê do cinema nacional, cria uma enorme distância entre o espectador médio e o que se passa na tela, além de dar um tom insuportável de conto de fadas ao conjunto do filme. Só isso bastaria para colocá-lo num modesto segundo escalão.

Mas não é tudo: ideologicamente o filme é primário. Em primeiro lugar, pela recuperação comercial da temática feminista. Sylvio de Abreu decidiu unir o útil ao agradável: por que não fazer o clássico filme de sexo, com muita mulher pelada e muita sacanagem, mas com um tempero de seriedade para atrair os olhares implacáveis dos críticos reputados e a cumplicidade paternal dos intelectuais? É lucro certo e com respeito na praça, a julgar pelas várias críticas elogiosas já publicadas.

Em segundo lugar, por individualizar um fenômeno coletivo: a negação do prazer como uma possibilidade do corpo feminino deixa de ser um problema de todas as mulheres e passa a ser uma neurose de uma única mulher, Regina (Helena Ramos).

Assim, se num primeiro momento



milhares de mulheres ter-se-ão identificado com a Regina que se encolhe num canto da cama, recusando o contato sexual com o marido, num segundo momento as espectadoras rejeitam afoitamente essa identidade. Pois Regina não é uma mulher como todas as outras. Ela tem um "trauma de infância", ela é "doente" e isso fica claro na comparação com as demais mulheres do filme (todas extremamente caricatas, e o exemplo mais flagrante é o da secretária), mas perfeitamente adaptadas ao sistema vigente, onde, bem ou mal, resolvem suas carências afetivas e sexuais.

Só Regina não as resolve. Ela precisa de uma psicanalista, figura igualmente caricaturizada, dando receitas de felicidade e fazendo perguntas óbvias sobre o óbvio. Em suma: o problema não é do sistema cultural e ideológico, e do papel reservado à mulher dentro dele: o problema é de Regina. E, uma vez feita a terapia e superado o "trauma", ela adquire subitamente as condições técnicas ideais para manter uma relação sexual.

Justamente por esse simplismo na abordagem da questão, chega-se à ter-

ceira e mais grave falha de ordem ideológica do filme. Ao contrário do que diz a propaganda, todos os casais sairão exatamente os mesmos do cinema, com suas idéias tradicionais sobre sexo coloridas pela linguagem "moderna" da "psicanálise".

Pois, pela primeira vez em todo o filme, Hélio (Nuno Leal Maia), o marido antes tão compreensivo e respeitador, toma Regina à força e praticamente a viola. E o pior: ela gosta, e também pela primeira vez atinge o orgasmo na relação conjugal.

O conselho dado aos maridos "modernos", preocupados com a saúde sexual de suas esposas, é o seguinte: se sua mulher não goza por bem, tente na marra. Voltamos a Nelson Rodrigues, para quem só as mulheres normais gostam de apinhar. No fim do filme, para a alegria de todos e felicidade geral, Regina é uma mulher "normal".

Mulher objeto, sim; mas com prazer...

Leda Beck

Cantinho das letras

Walnice Galvão

Só para dar água na boca, vão aqui excertos do livro *Made in Africa*, de Luiz da Câmara Cascudo:

Njinga Mbandi, Ngola Jinga, rainha do Jingas, Dongo-Matamba em Angola, morreu há trezentos anos. Encontro-a viva, citada, contemporânea, de Cabinda a Benguela, de Kuanda às terras de Lunda.

Fisionomia móbil, tenaz no desígnio de resistir, de salvar seu povo, governando-o como ele amava ser governado, como guerra, sangue e festa em todas as ocasiões julgadas oportunas para combater, atirou seus pretos contra os canhões lusitanos. Rendeu-se várias vezes. Ficava serena, gentil, conciliadora, até que brilhasse a hora da reação. Erguia o braço de comando e batalhões negros atiravam-se contra os portugueses. Morreu curvada, anciã veneranda, andando vagarosa, cabeça

firme, olhos manhosos, inquietos, perscrutando a possibilidade de reacender a revolta e combater. Tinha 82 anos. (...) Faleceu a 17 de dezembro de 1663. (...)

É a única soberana de toda a África que, sem jamais saber da existência do Brasil, continua na memória brasileira, íntegra, feroz, na autenticidade do tipo voluntarioso, decisivo, legítimo, com a majestade da voz e da vontade ilimitadas e objetivas.

Nos congos ou congadas pelo nordeste do Brasil apareceu seu nome soberano, dispondo das vidas, determinando guerras, vencendo sempre.

O embaixador, expressão maior do auto dos Congos, é um enviado da Rainha Jinga. Essa não aparece. Ninguém a vê. Sente-se o poder, a força, o domínio implacável. (...)

Para todo esse mundo, o Brasil no seu contorno territorial presente, o escravo era indispensável. Vieram aos milhões. Notadamente de Angola, fornecedora e geograficamente entreposto de embarque das peças.

Em cada navio, invisível e lógica, embarcava a Rainha Jinga...

CLASSIFICADOS

Última Travessa Bar — Alameda Lorena, 2112, São Paulo. Música Popular Brasileira, Show ao Vivo; segunda-feira: fechado; terça: Noite da Cancha, para músicos iniciando carreira; quarta: jazz; quinta, sexta, sábado e domingo — Música Popular Brasileira.

Herva Comércio de Produtos Naturais Ltda. — Mel, geléia, verduras, queijos, manteiga, roupas, cosméticos, shampoo, perfumes, sachês, incensos - Rua Pinheiros 541, fone 881.2949, São Paulo.

LIVRARIA DAZIBAO — Venha se abastecer na nossa estante especializada em assuntos que interessam a mulher. Vendemos o Mulherio e outros alternativos. Rua Visconde de Pirajá, 595 - Loja 112 - Ipanema Tel.: 239.4744. Rio de Janeiro.

Em casa, quem manda é o papai

Os livros de Moral e Civismo adotados nas escolas de 1º grau reforçam a rígida e tradicional divisão de papéis entre homens e mulheres.



Uma coroa para o reizinho, um avental para a rainha. E nem a ingenuidade infantil consegue amenizar o impacto da diferenciação que, grosselramente, ilustra as noções de Moral e Civismo ensinadas nas escolas de 1º e 2º graus. Com algumas variações e raras exceções, esses livros, depois de submetidos à apreciação de uma comissão do governo, chegam às salas de aula e reafirmam, em 1981, que compete ao marido chefiar e proteger a família, enquanto a mulher, além de amiga obediente e companheira, responde pelo arranjo da casa.

Essas conclusões são de Maria Luísa Eluf, socióloga, feminista militante e mãe de um casal de filhos. Ela fez uma pesquisa sobre o papel da escola no desenvolvimento dos papéis sexuais, tomando como objetivo de análise os livros pedagógicos de Educação Moral e Cívica, Estudos Sociais e Organização Social e Política.

Numa primeira fase, Maria Luísa analisou 144 livros, mas na segunda etapa do trabalho restringiu-se às publicações em uso nos cursos de 1º grau, chegando a um total de 100. São os livros que estão nas prateleiras das grandes distribuidoras de obras escolares e que pretende iniciar a criança em noções sobre família, escola, trabalho, sociedade, etc.

A maioria (62%) destes livros, concluiu Maria Luísa, apresenta uma visão estereotipada do papel do homem e da mulher na sociedade. O pai continua sendo o grande amigo, aquele que sai para trabalhar de manhã e só volta à tarde, enquanto a mãe fica em casa, cuidando das atividades domésticas.

Nas ilustrações, a figura masculina se associa a todas as atividades produtivas e criativas. O homem fica no escritório, atrás de uma mesa que sugere importância e sentado numa cadeira que lembra a ideia de trono. Na cozinha, às voltas com vassouras de tamanhos e configurações variadas, a mulher exerce um papel social que lhe permite, no máximo, representar uma simples "ajudante".

A Coleção "Débora", do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, é um bom exemplo. Nas páginas 9 e 10 do livro, sob os títulos "O que faz meu pai" e "Mamãe faz estas coisas", o livro (que segue as novas normas curriculares, como enfatiza na capa) fala da profissão do pai, o homem que nas horas de folga brinca com os filhos ou lê, e mostra a mãe fazendo compras, lavando roupas, preparando a comida — ou seja, com um universo totalmente restrito às quatro paredes de casa.

Ilustração extraída de "A Criança, a Família, a Escola", livro de Estudos Sociais para a 1ª série. De Yolanda Marques. Editado em 1981 pela Companhia Editora Nacional.

Mesmo nas ilustrações que mostram crianças em momentos de lazer o menino quase sempre aparece audacioso, intrigado com um brinquedo que exige raciocínio, restando à menina o bercinho, a mamadeira, a boneca e todas as miniaturas que a indústria criou a partir do ambiente doméstico.

As desigualdades de oportunidades para um e outro repetem-se no que Maria Luísa chama de ensino programado. Isto é, o livro apresenta espaços pontilhados para serem preenchidos pela criança. Por exemplo: "Qual a profissão do papai? ..." A mamãe cuida da casa" (o espaço pede como complemento as palavras "das tarefas").

Essa dicotomia, uma vez que não corresponde ao mundo que a própria criança percebe atualmente em sua educação informal, assimilada dentro de casa, é um pólo gerador de conflitos, segundo a socióloga. A não adequação da realidade aos padrões culturais rígidos largamente difundidos na educação formal gera dúvidas e contradições na criança prejudicando o desenvolvimento das potencialidades tanto do menino quanto da menina.

Curiosamente, os livros que contêm mais distorções são os mais usados pelas escolas. Entre eles incluem-se os publicados pela FTD, pela Sarai-va, Scipione Autores, Loyola.

Um pedido engavetado

Mas o que fazer para mudar essa situação? Maria Luísa Elouf enviou as conclusões de sua pesquisa, através da Pró-Mulher, às editoras e aos autores de obras pedagógicas. Procurou também a Comissão Nacional de Moral e Civismo, criada no governo Médici para aprovar os livros didáticos destinados à criança, levando não só as conclusões, mas também um abaixo-assinado com duas mil assinaturas. O abaixo-assinado pedia uma atitude contra o reforço da estereotipia dos papéis sexuais nos livros escolares — reivindicação que, por enquanto, passados dois anos, não recebeu mais do que uma resposta lacônica sobre a intenção de se "estudar o problema".

Um problema que, na opinião da socióloga, tem hoje sua solução vinculada a uma luta no sentido de despertar os professores de 1º grau para as discrepâncias contidas nos livros, tentando convencê-los a não aceitar essas publicações das editoras, a questionar seus conceitos e a adequar o estudo da criança à própria realidade em que ela vive. E, certamente, frases como "a esposa deve obediência ao marido e seu papel consiste em cuidar do lar e da educação dos filhos" não se enquadram nesta realidade.

Célia Chalm



Patrícia no dia-a-dia
de Arthur Henrique Braga.
Coleção Ternurinha para colorir.
Editora Brasil-América
EBAL, Cr\$ 80,00.

De mãe para filha

Outro dia, procurando numa banca de jornal uma revista para as crianças, encontrei Patrícia no dia-a-dia, mas cujo título verdadeiro deveria ser: como ensinar, brincando, que a felicidade da mulher provem da dupla jornada de trabalho.

Patrícia, menina bem pequena, abre o livro apresentando seu diário: "Hoje acordei cedinho e alegre. Pulei da cama e escovei os dentes. Coloquei um vestido leve, pois vou arrumar a casa". Até aqui a ilustração é fiel ao texto: Patrícia se espreguiça na cama, está no banheiro escovando os dentes, retira um vestido do guarda-roupa.

A seguir, a tragédia do condicionamento precoce se instala, texto e ilustração se contrapondo, com uma aparência esquizofrênica, mas de um verismo ideológico fascinante, comparável apenas à melhores produções do realismo socialista, capaz de arrebat

um comentário semelhante ao elogio à flor de plástico: é tão perfeita que até parece de verdade.

Patrícia: "O dia está lindo! Tenho muita coisa para fazer hoje". Fantasie-



Acabando aqui, vou lavar as roupas da boneca Liloca.

mos o horizonte imaginário de uma criança bem nutrida, e ainda por cima, heroína de livro. O que poderá ser "esta muita coisa para fazer"? Fazer bola de sabão, arrellar o irmão, virar cambalhota, passear na rua, tomar sorvete, andar de elevador, virar astronauta? Isto é o que você pensa. Patrícia pega a vassoura e faz uma faxina geral na casa. Espana, cozinha, rega as plantas e não se esquece de sua Liloca: "Quero ser tão boa para Liloca quanto mamãe e para mim".

O que vemos? Abraços, beijos, afagos e brincadeiras?

Ah, Ah! Amor materno como bem se sabe, é desdobrar fibra por fibra a musculatura dos braços: Patrícia, na ilustração, lava a roupa da boneca Liloca! "Depois de tanta trabalhadeira, 'Uf! que cansaço! Vou parar um pouco antes de estudar".

E aí começa a preparação da segunda jornada de trabalho: além da lição de casa, o cuidado com o corpo ("gosto de ir à escola, bem limpinha e cheirosinha!"). Da escola, nada se sabe, apenas se vê Patrícia saindo de casa preocupada, como uma verdadeira mulherzinha: "Fiz meus deveres com capricho. Será que Tia Regina vai gostar?" E em seguida a volta para o lar, botar as crianças para dormir ("Vamos, Liloca! Está na hora de dormir"), e o formidável comentário final: "Meu diário: Hoje foi um dia feliz! Como é bom estar em casa!" Patrícias de todo o mundo! Sabotemos a Ternurinha!

Fúlvia Rosemberg



A Dominação da Mulher,
de Regina Antônia G.
de Toledo,
Vera L. de Lins,
Ana Maria Winogron e
Clarice N. Mota.
Editora Vozes, RJ.

Revelando a dominação

Regina, Vera, Ana Maria e Clarice, quatro mulheres do Centro da Mulher Brasileira — Rio de Janeiro, reuniram-se em 1979 e promoveram um curso sobre os estereótipos sexuais na educação, inicialmente destinado a professores de primeiro grau. O conteúdo do curso constituiu o primeiro Caderno do Centro da Mulher Brasileira e foi publicado este ano, pela Editora Vozes, sob o título "A dominação da mulher — Os papéis sexuais na educação".

As autoras encaram a publicação do livro como uma vitória "num país onde pouco se escreve, especialmente quando se trata de mulheres". Elas acreditam que "só a partir de uma organização, como o movimento femi-

nista", é que as mulheres tornam-se capazes de falar e agir sobre si mesmas e sobre o mundo.

Num exemplo que deveria ser seguido por todas as publicações de mulheres, o livro foi diagramado e ilustrado por uma mulher — Beatriz Salgueiro. Na primeira ilustração, uma garotinha pergunta à mãe o que vai ser quando crescer. A mãe, enquanto remenda uma meia, responde: "mãe, querida..." Ana Maria Winogron, psicóloga clínica, dona-de-casa e mãe, escreve sobre o conceito de estereótipos sexuais e analisa a atuação da família na imposição aos filhos dos comportamentos considerados "próprios" de cada sexo.

Vera L. de O. Lins, bacharel em

Letras, dona-de-casa, mostra como os livros didáticos de primeiro grau "oferecem às crianças os mesmos modelos já propostos pelo ambiente social" e como, nesses livros, a imagem da mulher é "limitada e limitante". Vera propõe alternativas levantadas por professoras e outras mulheres: usar criticamente o material disponível, elaborar material alternativo, pressionar as editoras para que não publiquem material discriminador.

Regina Antônia G. de Toledo, doutora em psicologia clínica, dona-de-casa e mãe, aborda as diferenças entre masculino e feminino na educação sexual e oferece propostas feministas viáveis sobre a sexualidade feminina.

Por fim, Clarice N. Mota, mestre em antropologia social, dona-de-casa e mãe, analisa os estereótipos sexuais do ponto de vista antropológico. E conclui: "Felizmente já se acredita que os homens possam chorar e as mulheres pensar. Estamos todos mais humanizados".

Na sua modéstia física (50 páginas), o livro ultrapassa em muito o público de professores a que foi inicialmente destinado, constituindo-se um texto informativo de bom nível e uma fonte de propostas de luta da maior importância para as feministas, as donas-de-casa e as mães.

Maria Otília Bocchini

ARTES PLÁSTICAS

Arte feminina, sim senhores

A Frente de Mulheres Feministas inaugurou na rua Almirante Marques Leão, 807, no bairro paulista da Bela Vista, a galeria "Espaço — Arte da Casa da Mulher", com uma exposição e um debate. A exposição teve trabalhos de Mary Dritschel, Amélia Toledo, Ely Bueno, Ana Maria Maiolino, Lourdes Cedran, Joseli de Carvalho, Giselda Leirner e Regina Silveira. Os debatedores foram Mário Schenberg, Shella Leirner, Aracy Amaral, Mira Schendel, Jamil Almansur Haddad e Anésia Pacheco Chaves.

Houve quem considerasse uma discriminação uma galeria só de mulheres. Anésia Pacheco Chaves esclarece: "Uma galeria mista confrontaria em termos de eventual qualidade (o que não nos interessa, no caso) o trabalho de homens e mulheres, com as cartas marcadas, já que os critérios de avaliação cultural e a cultura como um todo obedecem predominantemente aos padrões masculinos".

Já que a arte é feita a partir da experiência existencial, diz ela, "fatalmente a mulher, com uma experiência existencial própria e ocupando na sociedade um lugar próprio, terá uma expressão artística com características próprias." Para Anésia, "as características atribuídas historicamente à mulher — e que não interessavam e não interessam a uma cultura que se desenvolveu e se desenvolve num sentido pragmático e racionalista — e o tipo de criação artística que resulta

disso são consideradas menores pelo sistema Arte".

Anésia observa que a galeria não exclui a eventual participação de homens, "quando isto se tornar oportuno e pertinente", lembra que eles foram chamados para o debate inaugural, e sintetiza a proposta da iniciativa: "O que nos propomos é levantar as questões e não olharmos para nossos próprios umbigos".



Tela de Lourdes Cedran (detalhe)

CINEMA

Mulheres, câmara, ação

De repente, as mulheres descobrem o cinema como meio de expressão artística e passam a realizar seus próprios filmes. Filmes que falam principalmente delas mesmas, preenchendo em parte a lacuna deixada pelo feminismo ao nível da produção cultural.

No último surto de curtas-metragens brasileiros, exibidos na 10ª Jornada de Salvador, em setembro passado, dois dos sete premiados foram filmes de mulheres, sobre mulheres: Balzaquianas (SP), de Eliana Bandeira e Marília de Andrade, que retrata o cotidiano de "mulheres de 30", de diferentes níveis sociais, e Tempo Quente (RJ), de Lellany Fernandes Leite, sobre a vida das mulheres na Baixada Fluminense.

Além destes, outros filmes de realizadoras foram exibidos nesta última Jornada. Retratos de Hideko (SP), de Olga Futema, sobre mulheres japonesas no Brasil, embora não tenha recebido nenhum prêmio foi, juntamente com Balzaquianas, selecionado para o Festival de Lille, na França, a ser realizado em março do próximo ano. Vento Contra (SP), de Adriana Mattoso, sobre a luta pela terra em Trindade, e A Estória de Clara Crocodilo (SP), de Cristina Santelmo, musical policial que pesquisa a estória em quadrinhos, foram também incluídos numa lista de filmes pré-selecionados para o festival francês.

Alguns desses filmes foram produzidos em São Paulo, com verba do concurso "Prêmio Estímulo" para curtas-metragens, da Secretaria Estadual da Cultura. É o caso de Balzaquianas, parte de uma trilogia sobre os ciclos de vida da mulher. As autoras, que já realizaram É Menino ou Menina?, acabam de receber o prêmio para a realização do seu terceiro filme, A Terceira Idade. No último concurso foi ainda premiado o projeto Mulheres da Boca, sobre o universo da prostituição paulista, elaborado por Cida Aidar e Inês Castilho, com a participação de Jacira Vieira de Melo, Márcia Vicente, Sara Feldman Russo e Sara Yakhmi, com base em pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas.

Finalmente, a mulher vista numa perspectiva feminista começa também a ser tema dos homens de cinema. Cartas de Mulher é o título do novo longa-metragem de João Batista de Andrade, com roteiro de Ignácio de Loyola, que se baseia em cartas de telespectadoras enviadas para a TV Mulher e em experiências vividas pelo SOS Mulher.

Vários desses filmes podem ser alugados através do CDI - Centro de Distribuição Independente — Rua Treze de Maio, 489 - Bela Vista, CEP 01327 - SP — Fone — 284-7914 (das 14 às 18 horas).

VÁRIAS

TESES NA UFMG — Três teses sobre a mulher foram defendidas este semestre na Universidade Federal de Minas Gerais. Sob a orientação de Glaucia Vasquez de Miranda, Maria Eliane Novaes desenvolveu sua pesquisa sobre a professora primária, Lídia Avelar Estanislau pesquisou as varredoras de rua em sua tese *De cigarra a formiga* e Maria Lúcia Medeiros estudou a mulher na família metalúrgica.

• • •

AVENTAIS BRANCOS — Em relatório recente a Organização Mundial da Saúde (OMS), baseada em recenseamento que efetuou entre 1960—1970, assinala um nítido aumento de mulheres médicas, dentistas e farmacêuticas em 22 países industrializados. Durante este período o número de mulheres médicas aumentou em 30% nos Estados Unidos e em mais de 10% na Hungria. A presença feminina tornou-se notável na Farmácia: na Polônia representa 85% e na Finlândia 90% dos profissionais. Em seu relatório a OMS oferece diferentes razões para esta evolução. Entre outras: os homens fogem das profissões onde o prestígio e o salário diminuem. (Transcrito de *Femmes d'Europe*, nº 21, 1981).

• • •

SOCIOLOGIA BRITÂNICA NA VANGUARDA — A reunião de 1982 da Associação Inglesa de Sociologia terá como tema "Gênero e Sociedade". A escolha do tema tem duas origens. De um lado, as feministas sentem que, embora já haja algum espaço para a pesquisa feminista na sociologia, esta tem sido segregada em guetos e tem tido pequeno impacto sobre a sociologia em geral. De outro lado, um trabalho de Margaret Stacey, apresentado na reunião de 1980, começou a teorizar essa divisão. Ela argumenta que a sociologia se desenvolveu para explicar o domínio público masculino do mercado, da produção e do Estado.

Como consequência, o paradigma sociológico tem no seu centro a divisão entre o público e o privado, com o seu foco concomitante sobre a estrutura de classes. Dentro deste quadro de referência, as mulheres — que são relegadas ao domínio privado — permanecem invisíveis (Extraído de *Resources for Feminist Research*, Junho de 1981).

• • •

VACINE SUA FILHA PARA QUE ELA POSSA SER MÃE — O Ministério da Saúde, em sua mais recente campanha de vacinação contra a poliomielite, lançou uma propaganda na TV que serve não apenas para alertar sobre os riscos da não vacinação. As imagens do menino jogando bola e da menina dançando balé com a boneca também estão contribuindo para reforçar estereótipos sexuais bastante questionados hoje em dia.

Ao sugerir que menina não deve jogar bola nem menino brincar com boneca, o Ministério da Saúde corre o risco de estar agindo contra os princípios da Organização Mundial de Saúde, pelos quais nossa saúde depende de um desenvolvimento integral de nossas capacidades. Ou será que no Ministério ainda há quem ache que mulher não tem outras capacidades e habilidades para desenvolver e que só deve pensar em balé e ser mãe?

Novos lançamentos

Na nova safra de lançamentos pelas editoras, destacam-se alguns títulos que interessam particularmente à mulher. A Editora Brasiliense acaba de lançar *O que é Feminismo*, de Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, na Coleção Primeiros Passos. Em setembro, lançou uma coletânea sobre família, com textos de Engels, Freud, Reich, Marcuse e Levi-Strauss, entre outros, com o título *Dialética da Família — gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. Os primeiros ensaios do livro contam a história da constituição da família monogâmica e patriarcal e da consolidação da propriedade privada, com o papel fundamental de reprimir a sexualidade infantil e do adolescente, forçando egos frágeis, temerosos e culpados, ávidos de autoridade e incapazes de liberdade. Em seguida, a coletânea reúne textos voltados para a família na modernidade, de Adorno e Horkheimer, passando pela antipsiquiatria de Laing até a feminista J. Mitchell.

• A Codex lançou em outubro *Púbis Angelical*, do argentino Manuel Puig, em que o autor se propõe a "percorrer os caminhos do inconsciente da mulher, descobrindo seus medos e desejos inconfessáveis". Ainda segundo Puig, a personagem central "é o símbolo da condição feminina", num mundo onde a mulher continua perseguida pelo fantasma de tradicionalismo mas almeja sua liberação.

• A Massao Ohno editou *Livre e Objeto*, livro erótico da escritora Joyce Cavalcanti — um conjunto de 15 textos telegráficos que, unidos, contam a história do corpo de uma mulher e sua evolução orgânica ao prazer. O livro é ilustrado com fotografias do Templo dos Prazeres, da Índia, e é o terceiro publicado por Joyce (os outros são os

romancês *De Dentro para Fora*, de 1978, e *Costela de Eva*, de 1980). Diz Joyce: "Desde o início de minha criação literária o sexo vem sendo abordado com naturalidade, porque, para mim, este é o ponto principal a ser tratado quando se fala em repressão feminina".

• As mazelas da fragmentação da mulher e do homem em seus confrontos instintivos, dentro e fora dos quartos de motéis — isso é o que mostra a paulistana Márcia Denser em *O Animal dos Motéis* (Civilização Brasileira/Massao Ono), caracterizado por ela como novela em episódios. Segundo o crítico Ricardo Ramos, os episódios podem ser lidos separadamente, mas na verdade se acrescentam, vão compondo uma personagem "de modo estilizado mas orgânico, mesmo porque a temática se oferece uniforme ao conceber o amor feito sexo, tumulto e insatisfação", tudo isso tratado com "a correspondente linguagem do desespero".

• Com festa em Portela, Marli Pereira Soares, Maria Teresa Moraes e Maria Alice Rocha comemoraram o lançamento de *Marli-Mulher* (Coleção Avenir Mulher, Editora Avenir). Trata-se de um depoimento sobre a história de vida de Marli, aquela que desafiou o arbítrio e a violência policial, denunciando os assassinos de seu irmão (veja *Mulherio*, nº 2). O livro custa 350 cruzeiros, com desconto para organizações feministas.

• A feminista Cecília Prada lançará em novembro, na Associação Brasileira de Psiquiatria, em São Paulo, o livro *Menores: A Loucura Nua*, em que reuniu a série de reportagens com que ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo de 1980.

Esporte, reduto masculino



Até 1979, o futebol e outros esportes eram proibidos para as mulheres por deliberação do Conselho Nacional de Desportos. A proibição calou, mas as mulheres ainda enfrentam muitas discriminações ao tentar entrar neste campo, considerado um reduto dos homens. Laércio Elias Pereira, professor da Universidade Federal do Maranhão e vice-presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, está fazendo um trabalho de Mestrado em Educação Física na USP sobre o tema, e diz: "Estou interessado em trocar figurinha com o pessoal interessado no assunto e tenho até um pouco de bibliografia para mandar." Ele lembra que o Conselho Nacional de Desportos é composto por 11 homens, os presidentes das Confederações Esportivas são homens e mesmo as mulheres que frequentam os estádios como atletas são treinadas por homens.

AGENDA

• Para sanar a desinformação da mulher a respeito de seus direitos e deveres estabelecidos pela lei, as advogadas Florisa Verucci e Leny Miranda Rodrigues organizaram um *Curso Intensivo de Direito para a Mulher*, em convênio com a Casa da Mulher, da Frente de Mulheres Feministas, em São Paulo. O curso será realizado de 3 a 26 de novembro, às terças e quintas-feiras, de 20 às 22 horas. Informações pelo telefone 210-1780.

• O XII Congresso da Associação Internacional de Ciências Políticas — IPSA — (Rio de Janeiro, 1982) terá espaço para apresentação de trabalhos sobre as relações mulher-poder em qualquer área da vida pública que implique na alocação de recursos. Se você estiver interessada

em maiores informações escreva com urgência para: Eileen Wormald — Worcester College of Higher Education — Henwick Grove Worcester-Wr2 6aj — Grã-Bretanha. O prazo para envio de resumos se esgota em 30 de novembro de 1981.

• A mulher latino-americana no processo de trabalho: formas de incorporação, formas de consciência — Por que as mulheres jovens são segregadas em apenas alguns setores de produção muito limitados? Quais os efeitos da privatização do trabalho da mulher que se casa? A participação política da mulher diminui à medida que melhor se organiza o movimento sindical? Essas são algumas das questões que serão tratadas num simpósio a ser realizado em Man-

chester na Inglaterra, de 5 a 10 de setembro de 1982, durante o 44º Congresso Internacional de Americanistas. Quem tiver interesse em apresentar um trabalho em inglês ou espanhol deve escrever imediatamente para Caroline Moser, Development Planning Unit/University College London/9 Endsleigh Gardens/Londres WC1. Durante o Congresso haverá também um painel sobre a família da classe trabalhadora na América Latina, a organização doméstica, ideologias populares e o papel da mulher. Este será coordenado por Elizabeth Jelin, da Argentina.

• Um modelo alternativo de planejamento familiar estará sendo implantado pela Casa da Mulher a partir de novembro, através do projeto

Educação e Assistência à Mulher em Reprodução. O projeto se inicia com a preparação de "multiplicadoras" — entidades feministas, grupos de apoio e colaboradoras — no sentido de prepará-las para atuar junto a grandes grupos.

A Casa da Mulher de São Paulo (Rua Almirante Marques Leão, 807, Bela Vista) coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos.

• Durante o 2º trimestre de 1982 será realizado na Hungria o 10º Congresso da Associação Internacional de Jornalistas de Imprensa Feminina (A.I.J.P.F.), tendo como tema central: "As mudanças dos modos de vida e a imprensa". Para maiores informações A.I.J.P.F., c/o I.P.C Bd. Charlemagne, 1 Bte 54, B - 1040 Bruxelas, Bélgica.

Às vezes no flagro, mulheres, falando de sexo como falam os homens. As detestáveis rodinhas de homens, mais comuns na nossa adolescência do que agora, mas ainda hoje muito frequentes. Cavalheiros muito cúmplices enquanto sujeitos de um falo inquestionável (quem abre o jogo dos fracassos, das carências, das brochadas?), trocando figurinhas num boteco de esquina onde nossa presença era absolutamente vetada. Porque as figurinhas éramos, somos nós. "Aquele gostosa"... "Tem uns peitos!"... "É ótima de cama. Não abre a boca". "Dei quatro com ela". Pobre das nossas subjetividades. Passávamos às vezes pela esquina ostentando com raiva os peitos desejados. Atravessávamos a cantada geral sem espaço entre os homens nem entre as mulheres para expressar a confusão que ia se formando em relação à nossa própria identidade. Afinal, fomos elogiadas. Desejadas.

IMITAÇÃO DA LIBERDADE

Cobiçadas. Aprovadas por unanimidade (ou não: nesse caso era mais fácil identificar onde doía) por mais um conselho de entendidos em matéria de sexo, em matéria de mulher. O que é que insistia em doer?

Pobres das nossas subjetividade. Pobres das subjetividades deles. Adornaram tanto o encontro sexual de elementos pirotécnicos, acrobáticos, espetaculares, que o encontro dançou. Sobrou o sexo-fonte-de-prazer (leia-se orgasmo: o único comprovante legítimo do prazer...), o sexo patético e solitário, os manuais tipo faça-você-mesmo ou "como tornar-se especialista em três lições fáceis". Sobrou a enorme decepção por não entendermos que o sexo desprovido do encontro realmente se torna, como desejam os sexólogos americanos, uma função fisiológica como outra qualquer.

"É tão sem graça", me dizia uma moça solteira, sem preconceitos, de 20 anos: "Primeiro, o cara tem mil truques pra me fazer gozar; depois é minha vez de desempenhar tudo o que sei até ele gozar. Depois não tem mais nada". Não tem mais nada lá, onde um dia estiveram depositados todo o medo e todos os segredos da vida. Não tem mais nada lá onde nos disseram estar o pecado e a fonte de todos os males sociais. Não tem mais nada lá onde estiveram uma vez nossas fantasias de segurança, amor eterno, casamento feliz. Não tem mais nada lá onde a civilização cristã encerrou a maior parte de suas mentiras, de suas culpas, de suas técnicas de controle sobre nossos atos e nossas consciências. Não tem mais nada lá onde, depois de tanto trabalho e tanta luta ideológica, depois de tanta dor e de tanta esperança, depois de tanto medo e tanta coragem, depois da psicanálise e do feminismo, depois dos hippies e dos guerrilheiros, pensamos encontrar as pistas da liberdade e da plenitude humana. As mulheres encabeçaram essa luta. As mulheres se fizeram portadoras desse desejo de liberdade, enquanto face mais oprimida dessa moeda de autoritarismo, machismo, repressão e dupla moral sexual. As mulheres deram a primeira virada na mesa, exigiram a condição de sujeitos de sua sexualidade. E igualdade diante dos homens, igualmente nuas, igualmente ao se encontrarem em pé de desejanter, com igual direito à

escolha e a iniciativa, descobrem perplexas que já não tem mais nada lá, onde (enquanto nos era inacessível) sempre pareceu se encontrar a razão da nossa existência.

Não tem mais nada lá no lugar da sexualidade liberta porque nós ainda não soubemos ocupar aquele lugar. A dupla moral sexual nos oprimia: interditava nosso acesso ao prazer e empobrecia tremendamente o prazer masculino. Para as mulheres, a plenitude (sexo e amor e vida e liberdade) sempre adiada. A sensibilidade preservada em quartos de moça virgem, a emoção à flor da pele, o desespero da espera, as fantasias. Para os homens a prática — pode tudo! — e a fragmentação. Prazer de um lado, amor do outro. Liberdade com uma, ternura com outra. Dupla moral, dupla pressão: o encontro que liberta a subjetividade sempre impossível.

A dupla moral sexual nos oprimia mas num primeiro momento só conseguimos desfazê-la adotando a moral masculina. É claro, saímos da condição de oprimidas brandindo a lei do opressor (mas eu não disse que o opressor é simplesmente o homem, o macho, o ser masculino) e tentando igualar-nos a ele. Tentamos ser fálicas. "Se ele pode, eu também posso." Conseguimos libertar-nos da obrigatoriedade do casamento como condição para o prazer, mas com isso perdemos também o que havia de mais íntegro em nós, aquilo que a mulher tem para ensinar ao homem se quiser a integração entre a sexualidade e a afetividade, entre a expressão do desejo e a expressão da carência, entre a possibilidade do orgasmo e a possibilidade da subjetividade.

A mulher sabe que seu desejo é expressão de uma falta, uma carência. A falta do outro. Nossa cultura, simbolizando o falo como o que é completo, o que não tem faltas, ajudou a mulher a assumir sua castração — castração que é condição de todo ser humano, pois não existe ser completo em si mesmo, não existe o ser fálico que se pensa que o homem seja. É isso, não tenham raiva do velho Freud quando se refere à castração. Saber-se castrado é simplesmente perder a onipotência, reconhecer-nos incompletos. A mulher sabe dessa falta, mas como foi explorada e espezinhada em função dela, agora tenta fazer-se fálica para se libertar. En-

tregar-se à mesma miséria vivida pelo homem: a condenação à eterna carência por não se admitir carente.

O homem, por sua vez, por possuir no corpo o símbolo do falo, por ser ainda o principal responsável pela produção de riquezas na sociedade, por não estar biologicamente atado aos filhos e portanto ter mais mobilidade e muitos etecéteras mais, pensa que é fálico. Que sua função no encontro amoroso é apenas a de completar a mulher com seu corpo, com seu gozo e não a de completar-se com o que é feminino. O homem imagina-se proprietário do seu prazer, prazer no qual a mulher entraria apenas como fetiche, depositário de fantasias, símbolo de posse e de poder. A mulher sabe que seu prazer mais pleno requer o outro, o contacto, a interação. Sofre com o sexo que não dialoga, a relação sexual em que as pessoas não se olham, não se perguntam, não se acariciam até o fundo da alma.

Mas nosso medo é grande. Ai, nos jogam na cara outra vez nossa condição de castradas! Assim, tentamos crescer e nos colocar em pé de igualdade com o homem, assumindo as posturas, as mentiras, os símbolos e o teatro da sexualidade dominada pela ótica masculina. Pobres das nossas subjetividades: vamos para a cama e não encontramos mais nada lá. Às vezes nos flagro, mulheres, fazendo sexo como fazem os homens.

Marla Rita Kehl

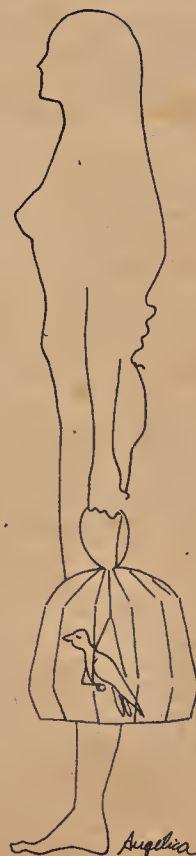
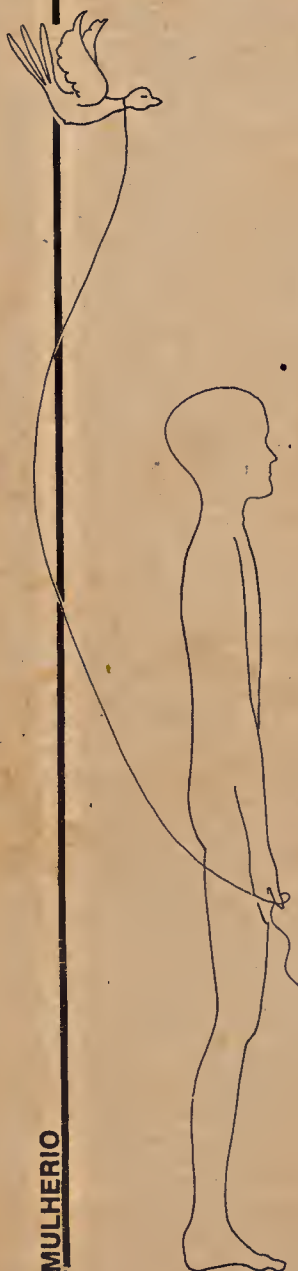


Ilustração de Maria Angélica de Oliveira